



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO EGAS MONIZ**

**MESTRADO EM PSICOLOGIA FORENSE E CRIMINAL**

**ABUSO SEXUAL E PORNOGRAFIA INFANTIL: UMA ANÁLISE  
COMPARATIVA DAS CARACTERÍSTICAS PSICOLÓGICAS DOS  
AGRESSORES**

Trabalho submetido por  
**Catarina Alexandra Ferreira Rodrigues**  
para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Forense e Criminal

**outubro de 2022**





**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO EGAS MONIZ**

**MESTRADO EM PSICOLOGIA FORENSE E CRIMINAL**

**ABUSO SEXUAL E PORNOGRAFIA INFANTIL: UMA ANÁLISE  
COMPARATIVA DAS CARACTERÍSTICAS PSICOLÓGICAS DOS  
AGRESSORES**

Trabalho submetido por

**Catarina Alexandra Ferreira Rodrigues**

para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Forense e Criminal

Trabalho orientado por

**Prof.<sup>a</sup> Doutora Ana Cristina Neves**

**outubro de 2022**



## Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a todos os intervenientes que possibilitaram a operacionalização deste passo tão importante para esta etapa final do meu percurso académico, nomeadamente às Equipas de Reinserção Social do distrito de Lisboa e Setúbal da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais e aos técnicos da Associação “O Companheiro”.

E, por isso, gostaria de dar um especial agradecimento:

À Dra. Paula Carvalho da Delegação Regional de Reinserção do Sul e Ilhas

Às Coordenadoras das Equipas: Dra. Sílvia Silva (Setúbal 1), Dra. Anabela Rodrigues (Setúbal 2), Dra. Paula Machado (Setúbal 3), Dra. Ana Paula Santos (Lisboa Penal 1), Dra. Maria Manuela Ramos (Lisboa Penal 3), Dra. Zulmira Carvalho (Lisboa Penal 5) e Dra. Filomena Pires (Lisboa 2).

A todos os técnicos responsáveis pelos casos que nos apoiaram e disponibilizaram-se sempre para nos auxiliarem neste processo do estudo.

Um especial agradecimento à minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Doutora Ana Cristina Neves, pelo apoio, dedicação e acompanhamento nesta fase final do meu percurso académico. Obrigada pelo privilégio que é trabalhar e aprender consigo

Agradeço à minha mãe e irmã, por todo o vosso suporte emocional, por serem os meus pilares, por acreditarem sempre em mim. Obrigada por sempre me lembrarem quem sou

Agradeço à minha avó Filomena, por todo o carinho e contínuo apoio ao longo de todas as etapas da minha vida



## Resumo

O abuso sexual de crianças consiste em qualquer ato sexual de relevo, como cópula, coito anal ou introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objetos, com uma criança com 14 anos ou menos. A pornografia infantil, por sua vez, inclui representações visuais de condutas sexuais envolvendo menores. O crescimento desta criminalidade específica e o facto de os indivíduos apresentarem determinadas características individuais específicas que podem ser relevantes de serem abordadas para a compreensão do risco para a reincidência nos crimes sexuais revelam a pertinência do presente estudo. Os estudos que têm sido realizados em Portugal têm-se focado essencialmente nas questões mais factuais e sociodemográficas, mas estas não são concebíveis para intervenção. Em termos de literatura internacional, tem vindo a ser demonstrado que as características psicológicas mais comumente presentes nesta população forense específica constituem as seguintes: distorções cognitivas, défices de intimidade, défices de empatia cognitiva e afetiva, fantasias sexuais desviantes e impulsividade. Adicionalmente, ainda não se verificou consenso quanto à presumível semelhança ou diferença entre abusadores sexuais de contacto e *online*. Por isso, os objetivos do presente estudo são a caracterização e a comparação destas dimensões psicológicas em abusadores sexuais de contacto e de pornografia infantil. A amostra é constituída por 37 agressores sexuais a cumprirem penas e medidas de execução na comunidade. Os resultados revelam uma prevalência de níveis baixos moderados a baixos em quase todas as dimensões psicológicas avaliadas e a inexistência de diferenças entre os dois grupos de agressores sexuais. Os dados deste estudo, se robustos, podem apontar para necessidades criminógenas semelhantes em abusadores sexuais de crianças e agressores sexuais condenados por pornografia de menores que devem ser abordadas nos programas de intervenção.

*Palavras chave:* Abuso Sexual de Crianças, Pornografia de Menores, Penas e Medidas de Execução na Comunidade, Perfil Psicológico



## **Abstract**

Child sexual abuse consists in any relevant sexual act, such as coitus, vaginal or anal penetration, with a child 14 years old or below. Child pornography, in turn, includes visual representations of sexual conducts with a minor. The growth of these specific criminality and the fact that the offenders present certain specific individual characteristics which could be relevant to understand the risk of recidivism in sexual crimes explain the relevance of the present research. Studies conducted in Portugal have focused on more factual and sociodemographic characteristics; however, those are not plausible for intervention. In terms of international literature, it has been demonstrated that the psychological characteristics commonly present in sex offenders are cognitive distortions, intimacy deficits, cognitive and affective empathy, impulsiveness, and deviant sexual fantasies. Additionally, there is still no consensus on the presumed similarity or difference between contact and online sex offenders. Therefore, the objectives of the present study are the characterization and comparison of these psychological dimensions in contact sexual abusers and child pornographers. The sample is constituted by thirty-seven sex offenders in community supervision measures/probation. The results revealed a prevalence of low to moderate levels in almost every psychological dimension assessed, and an absence of significant differences between the two groups of sex offenders. This study's data, if robust, may indicate similar criminogenic needs in child molesters and child pornographers that should be addressed in every community-based intervention programs.

*Key words:* Child Sexual Abuse, Child Pornography, Probation, Psychological Profile



## Índice

<b>Introdução</b> .....	<b>9</b>
<b>Características Sociodemográficas</b> .....	<b>11</b>
<b>Características Psicológicas</b> .....	<b>11</b>
Distorções cognitivas .....	14
Déficits de empatia (cognitiva e afetiva/emocional) .....	19
Fantasias sexuais desviantes .....	22
Déficits de intimidade .....	26
Impulsividade.....	29
Agressores de contacto e agressores <i>online</i> .....	32
<b>Programas de Intervenção</b> .....	<b>33</b>
<b>O Presente Estudo</b> .....	<b>35</b>
<b>Método</b> .....	<b>36</b>
Participantes .....	36
Instrumentos.....	39
Bumby MOLEST Scale .....	39
Barratt Impulsiviness Scale (BIS-11).....	39
UCLA Loneliness Scale .....	40
Questionário de Empatia Afetiva e Cognitiva (QEAC).....	41
Wilson’s Sex Fantasy Questionnaire (WSFQ).....	41
Grelha de Consulta de Dossiês de Pessoa .....	42
Procedimento .....	42
Análise de dados .....	43
Tratamento de dados omissos .....	43
Testes estatísticos .....	43
<b>Resultados</b> .....	<b>45</b>
Caracterização sociodemográfica .....	45
Caracterização e comparação jurídico-penal .....	47
Caracterização e comparação psicológica .....	48
Correlações entre as dimensões psicológicas .....	54
<b>Discussão</b> .....	<b>56</b>
<b>Conclusão</b> .....	<b>71</b>
<b>Referências</b> .....	<b>73</b>



## **Índice de Tabelas**

Tabela 1. Análises descritivas e comparativas das características sociodemográficas ...	45
Tabela 2. Análises descritivas e comparativas das características jurídico-penais .....	47
Tabela 3. Análises descritivas e comparativas das características psicológicas.....	48
Tabela 4. Correlações de Pearson.....	54



## Introdução

O abuso sexual de crianças constitui um problema epidémico que afeta crianças de todas as idades, níveis socioeconómicos e culturas (Modelli et al., 2012), e é caracterizado por qualquer atividade sexual para a qual a criança não pode dar o seu consentimento. De acordo com o artigo 171º do Código Penal Português, o abuso sexual de crianças consiste em qualquer ato sexual de relevo, como cópula, coito anal ou introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objetos, com uma criança com 14 anos ou menos, podendo ser punível até 10 anos de prisão. Em Portugal, o abuso sexual de crianças representa cerca de 4-5% do total de crimes, sendo que os números se têm mantido estáveis desde 2010 até 2018 (Gonçalves & Monteiro, 2020). Em 2018, um total de 1650 agressores sexuais encontravam-se a cumprir penas na comunidade (e.g. liberdade condicional) (Gonçalves & Monteiro, 2020).

O abuso sexual infantil não é cometido exclusivamente através de contactos físicos (e.g. penetração, carícias, masturbação); pode, também, tomar lugar a formas de contacto não físico através da internet ou através de técnicas de manipulação (e.g. produção de pornografia infantil, *grooming online*, exibicionismo) (Lim et al., 2021).

A pornografia infantil, que inclui representações visuais de condutas sexuais envolvendo menores, tem demonstrado ser um grande problema há várias décadas (Houtepen et al., 2014). Pornografia de menores consiste no aliciamento ou utilização de menores em espetáculos pornográficos, fotografias, filmes ou gravações pornográficas; produção, distribuição, importação, exportação, divulgação, exibição ou cedência de qualquer dos materiais (artigo 176º do Código Penal). Este crime pode ser visto como uma forma de exploração sexual de crianças, uma vez que a produção dessas representações visuais desviantes envolve, em muitos casos, o real abuso sexual de crianças (Neutze et al., 2011). Estes agressores online podem não interagir diretamente com os menores, mas o seu contínuo consumo de imagens/vídeos sexualmente explícitos de crianças potencia a continuação de produção deste tipo de conteúdo (Neutze et al., 2011) assim como promove o crescimento do mercado para este tipo de material (Canadian Centre for Child Protection, 2016). Em Portugal, nos últimos 10 anos, assistiu-se a um aumento substancial de processos-crime de pornografia infantil em fase de julgamento, sendo que em 2010 foram julgados cerca de 6 processos-crime e em 2020 aumentou para 78 (Direção-Geral de Política da Justiça, 2021).

De acordo com o Observatório da Criminalidade Sexual da Polícia Judiciária, o crime de pornografia de menores aumentou cerca de 25% nos últimos dois anos, passando de 888 inquéritos em 2019 para 2.112 inquéritos em 2020 (Agência Lusa, 2021). Em Portugal, no ano de 2020, foram iniciados cerca de 47,2% inquéritos sobre o crime de pornografia de menores (RASI, 2021) e em 2021, foram iniciados cerca de 25,2% inquéritos por pornografia de menores (RASI, 2022).

Finkelhor (2014) referiu que estes problemas que ocorrem no espaço online não são únicos, mas sim extensões dos problemas de interação social ou de consumo dos media que abrangem os vários ambientes e que são melhor conceptualizados de forma holística, ao invés de especiais/específicos para a tecnologia digital. Ainda assim, o aumento dos crimes de pornografia infantil nas últimas duas décadas tem resultado num aumento de consciência sobre este fenómeno e subsequente emergência de uma pequena, mas crescente literatura base dedicada a compreender as motivações, características, riscos e necessidades específicas dos indivíduos que se envolvem neste tipo de crimes sexuais (Henshaw et al., 2015).

Tanto os indivíduos que são condenados por abuso sexual de menores e pornografia infantil constituem uma população forense caracterizada pela sua heterogeneidade. Os estudos têm-se focado essencialmente em questões relacionadas com as características sociodemográficas, quer de os abusadores sexuais de crianças (e.g. McManus et al, 2015; Sotoca-Plaza et al., 2020) quer de consumidores de pornografia infantil (e.g. Houtepen et al., 2014; McCarthy, 2010; Shelton et al., 2016; Sotoca-Plaza et al., 2020; Wolak et al., 2011). O mesmo se verifica em Portugal, onde os estudos se têm focado na construção de tipologias baseada em dados sociodemográficos e jurídico-penais (e.g. Soeiro, 2009), assim como em questões mais factuais como o estilo de vida criminal (e.g. Gonçalves & Vieira, 2005) e padrões de ofensa (e.g. Saramago et al., 2018).

Contudo, a avaliação psicológica desempenha um papel importante de forma a permitir uma profunda compreensão das especificidades dos fatores cognitivos para a reincidência na agressão sexual (Barroso et al., 2020).

Neste sentido, a questão de investigação do presente estudo passa por identificar quais são os fatores psicológicos que se encontram presentes nos agressores condenados pelos crimes de abuso sexual de menores e agressores condenados pelo crime de pornografia infantil em Portugal, e na análise de eventuais diferenças no perfil de características psicológicas entre estes dois tipos de ofensores sexuais.

### **Características Sociodemográficas**

Em estudos prévios observou-se que ofensores condenados por pornografia infantil eram consideravelmente mais novos em termos de idade (e.g., Babchishin et al., 2015; Neuze et al., 2011; Webb et al., 2008), com uma média de idades de 38,6 anos (McCarthy, 2010; Sotoca-Plaza et al., 2020; Shelton et al., 2016), com maiores níveis de habilitações literárias (Sotoca-Plaza et al., 2020), nomeadamente ao nível do ensino superior (Wolak et al., 2011) e apresentavam uma maior probabilidade de estarem empregados do que os abusadores sexuais de crianças (Babchishin et al., 2015; Neuze et al., 2011). A interpretação de alguns autores é que os agressores mais jovens, e com estabilidade laboral, apresentam mais habilitações literárias, maior literacia informática, estão acostumados com a utilização da Internet e apresentam uma maior facilidade de acesso a computadores em casa e no trabalho (Neutze et al., 2011). Em contraste, indivíduos desempregados e mais velhos apresentavam menos habilitações literárias, possuíam menores conhecimentos informáticos, e por isso apresentavam um menor acesso a pornografia infantil (Neutze et al., 2011). Os abusadores sexuais de crianças tendem a apresentar uma média de idade de 43,6 anos, menor nível de habilitações literárias e maior probabilidade de estarem desempregados (Sotoca-Plaza et al., 2020).

### **Características Psicológicas**

A probabilidade de alguém reincidir num crime sexual não é uniformemente distribuída ao longo do tempo. Mesmo se as preferências sexuais de cariz parafilico representem uma motivação importante para a agressão sexual, os fatores psicológicos influenciam quando uma pessoa decide agir de acordo com a sua motivação sexual. Estes fatores têm sido descritos como fatores de risco dinâmicos uma vez que se assume que os mesmos se encontram associados com a probabilidade de reincidência e potencialmente à responsividade ao tratamento e supervisão (Neutze et al., 2011).

Fatores de risco tais como atitudes pró-criminais, hostilidade, interesses sexualmente desviantes, impulsividade, pobre resolução de conflitos, e empatia têm demonstrado ser necessidades criminógenas importantes para serem avaliadas no tratamento de homens que foram condenados por crimes sexuais (Efrati et al., 2019; Martínez-Catena, & Redondo, 2021). Elliott et al. (2009, 2013) realizaram um estudo com indivíduos condenados por abuso sexual de crianças e por pornografia infantil, que se encontravam integrados num programa de intervenção na comunidade, com o objetivo de demonstrarem que estes dois tipos de ofensores sexuais apresentam

características em comum. Nesse âmbito, foi demonstrado que os abusadores sexuais são caracterizados por um maior número de déficits de empatia para com as vítimas, distorções cognitivas, locus de controlo externo, de tomarem decisões cognitivas instantâneas (impulsividade cognitiva) e níveis mais elevados de congruência emocional quando comparados com os indivíduos condenados por pornografia infantil (Elliott et al., 2009). Para além disso, os autores demonstraram que os ofensores condenados por pornografia infantil eram caracterizados por uma maior capacidade de se identificarem com personagens fictícias, assim como por níveis mais elevados de fantasias sexuais desviantes, baixa assertividade e impulsividade motora (Elliott et al., 2009, 2013). Esta interação virtual entre ofensor e crianças nas imagens de abuso sexual podem refletir uma forma de pseudointimidade compensando a ausência ou falta de intimidade no mundo real, enquadrada num contexto que elimina a possibilidade de rejeição. A baixa assertividade que caracteriza estes ofensores (Internet) pode encontrar-se associada a uma baixa autoestima e solidão emocional, podendo reduzir a expectativa do ofensor de desenvolver e manter eficazmente relações apropriadas com os pares adultos, o que sugere que estes ofensores são caracterizados sobretudo por déficits de intimidade (Elliott et al., 2009).

Sotoca-Plaza et al. (2020) afirmam que as características psicológicas predominantes nos abusadores sexuais de crianças são: menos autocontrolo, menor consciência, pontuações elevadas na avaliação de psicopatia, maior identificação emocional com crianças, mais distorções cognitivas e mais déficits de empatia. Em abusadores sexuais de crianças que cumprem medidas de execução na comunidade tem-se observado que os fatores de risco que os distinguem dos demais agressores sexuais, nomeadamente dos consumidores de pornografia infantil, são as atitudes sobre o sexo com crianças (Hanson et al., 2007; Whitaker et al., 2008); atos impulsivos (Hanson et al., 2007) e os déficits de empatia (Hanson & Harris, 2000; Marshall, Hamilton, & Fernandez, 2001, citados por Neutze et al., 2011). Estes fatores de risco também, têm sido encontrados em agressores sexuais condenados por pornografia infantil (Henry et al., 2010). Os déficits de intimidade e a solidão, também, demonstraram serem preditores significativos da reincidência nos crimes sexuais (Hanson et al., 2007; McCarthy, 2010; Webb et al., 2008; Whitaker et al., 2008).

Apesar do grupo de agressores sexuais ser caracterizado pela sua heterogeneidade, parecem existir dimensões psicológicas que tendem a explicar a agressão sexual em geral.

Existem inúmeros modelos teóricos que tentam explicar as dinâmicas dos aspectos psicológicos e motivações presentes nos agressores sexuais (e.g. Teoria da Mente de Ward et al., 2000; Teoria Integrativa de Marshall & Barbaree), nesta revisão será apresentado a teoria *Pathways Model* proposta por Ward e Siegert (2002) por ser um modelo que integra bem as evidências empíricas sobre as características dos agressores sexuais, que foi aplicado a abusadores sexuais de crianças e agressores sexuais condenados por pornografia infantil (Ward & Siegert, 2002; Middleton et al., 2006). O *Pathways Model* (Anexo 1) sugere que existem múltiplos caminhos que levam ao abuso sexual de crianças, em que cada um envolve influências desenvolvimentais de um ou outro tipo, um conjunto central de mecanismos disfuncionais e uma oportunidade para cometer a ofensa sexual.

Os mecanismos causais incluem aqueles que se encontram associados à regulação emocional, intimidade, cognição e preferências sexuais e excitação sexual, sendo que estes fatores de vulnerabilidade apresentam, também, uma maior probabilidade de desempenharem um papel importante na manutenção do comportamento sexual abusivo.

A população-alvo original deste modelo eram os abusadores sexuais de crianças, e foi teorizado que os mecanismos casuais implicados no abuso sexual de menores tendem a ser múltiplos e a encontram-se associados a fatores ou sistemas distintos (Ward & Siegert, 2002). Estes fatores incluem: adversidade desenvolvimental, valores culturais e sistemas de crenças, contexto familiar, variáveis biológicas, déficits psicológicos e variáveis situacionais. Ward e Siegert (2002) sugerem que os fenómenos clínicos evidenciados pelos abusadores sexuais de crianças são desenvolvidos por quatro tipos distintos de mecanismos psicológicos que interagem entre si: défices de intimidade e de competências sociais; guiões sexuais distorcidos; desregulação emocional e distorções cognitivas. Os processos de aprendizagem e fatores biológicos e culturais exercem influência através dos seus efeitos na estrutura e funcionamento destes conjuntos de mecanismos. Nesta teoria, um mecanismo consiste em processos psicológicos que causam efeitos ou consequências específicas. Os principais caminhos etiológicos para os crimes sexuais são os seguintes: Caminho um – défices de intimidade, Caminho dois – guiões sexuais desviantes, Caminho três – desregulação emocional, Caminho quatro – Cognições antissociais, e Caminho cinco- múltiplos mecanismos disfuncionais (Ward & Siegert, 2002). Middleton et al. (2006) aplicaram este modelo a agressores sexuais condenados por pornografia infantil e demonstraram

que a maioria deste tipo de ofensores sexuais tem apresentado elevada incidência no caminho etiológico relacionado com os défices de intimidade, apesar de todos os indivíduos da amostra terem tido algum nível de cada caminho etiológico.

Abordaremos agora as cinco dimensões psicológicas relevantes na literatura empírica (e.g., Elliott et al., 2009) e que podem ser compreendidas à luz do Pathways Model (Ward & Siegert, 2002), selecionadas, com relevância nos estudos empíricos (e.g., Elliott et al., 2009; Gannon et al., 2012; Middleton et al., 2006) e à luz do modelo teórico mencionado.

### **Distorções cognitivas**

As cognições são uma dimensão central da investigação científica sobre o comportamento humano e agressão sexual, em particular (Paquette et al., 2014).

As distorções cognitivas relacionadas com as agressões sexuais têm sido definidas como assunções aprendidas, um conjunto de crenças e autoafirmações sobre os comportamentos sexualmente desviantes, tais como o abuso sexual de crianças, que têm como objetivo a negação, minimização, justificação e racionalização das suas ações (Bumby, 1996). O processo de modelagem do envolvimento sexual com crianças, sem consequências negativas resultantes de tal comportamento (e.g. detenção) e não percecionando consequências negativas para a vítima (uma vez que os ofensores tendem a deixar o local onde ocorreu o envolvimento sexual com a criança) apoiam o adulto que tende a ter um envolvimento sexual abusivo continuado com crianças (Abel et al., 1984). Isto implica que as cognições distorcidas que são desenvolvidas pelos ofensores após a agressão sexual são vistas como formas de reduzir a vergonha e a culpa associada, permitindo a repetição deste comportamento sexualmente desviante (Blake & Gannon, 2008).

As conceptualizações de distorções cognitivas que tem vindo a ser mais utilizadas na literatura científica (e.g. Paquette & Cortoni, 2020; Paquette et al., 2021), tanto em abusadores sexuais de menores como em agressores sexuais condenados por pornografia infantil, denominam-se de Teorias Implícitas, que foram propostas por Ward e Keenan (1999). Ward e Keenan (1999) propuseram este termo para se referirem aos conteúdos das cognições distorcidas, que compõem os seguintes temas: Crianças como Objetos Sexuais, Natureza do Dano, Incontrolabilidade, Mundo Perigoso e Direito Sexual. As assunções gerais e crenças associadas à teoria implícita Crianças como Objetos Sexuais, que mais tarde foi reformulada para Crianças como Seres

Sexuais, centram-se nos interesses e desejos sexuais das crianças e na crença que as mesmas apresentam capacidade para tomar decisões informadas acerca das relações sexuais (Ward & Keenan, 1999; Ward et al., 2006). Estudos empíricos têm demonstrado que as cinco teorias implícitas supramencionadas se encontram presentes nos abusadores sexuais de menores (Marziano et al., 2006; Paquette et al., 2014), pelo que as distorções cognitivas mais prevalentes tendem (Marziano et al., 2006) a ser Crianças como Objetos Sexuais que corresponde à crença de que as crianças são capazes de desejar relações sexuais; seguido de Incontrolabilidade que assume que o mundo é essencialmente incontrolável e exonerável nas suas ações, uma vez que os seres humanos são constituídos por estruturas e processos que não podem ser substancialmente alterados ou geridos; justificando que as agressões sexuais estão claramente em termos de fatores externos, como as emoções, o ambiente social, o consumo de álcool e drogas (Paquette et al., 2014) e desejos sexuais que são vistos como externos ao ofensor (Paquette et al., 2014; Ward & Keenan, 1999); Mundo Perigoso que é baseada na crença central de que o mundo é um lugar perigoso e que as outras pessoas se comportam de maneira abusiva e com rejeição com o objetivo de promoverem os seus próprios interesses e, por isso, reflete uma elevada desconfiança nos adultos e dependência das crianças; Natureza do Dano que é baseada em duas crenças gerais: existem graus de dano e a atividade sexual por si só é benéfica e tem pouca probabilidade de provocar dano; e Direito em que é colocada a hipótese que os ofensores sexuais acreditam que têm direito a uma consideração especial, uma vez que se percebem como todo-poderosos, e que as vítimas têm maior probabilidade de se sentirem seguras e terem prazer do facto de que a sua função básica é satisfazer as necessidades sexuais e emocionais do ofensor sempre que o mesmo quiser (Paquette et al., 2014; Ward & Keenan, 1999). Nomeadamente, Marziano et al. (2006) demonstraram que os ofensores que tinham experiências traumáticas de infância apresentavam mais frequentemente a presença das cinco teorias implícitas. As experiências precoces de aprendizagem incluem ser abusado sexualmente em criança ou ser exposto a um evento traumático, como a perda de um progenitor, pelo que estes fatores incontroláveis são teorizados como deixando preferências desviantes nos ofensores, que os experienciam, que são, por sua vez, incapazes de os suprimir ou gerir (Ward & Keenan, 1999)

Paquette et al. (2014), ainda, identificaram duas dimensões gerais presentes na teoria implícita “Crianças como Objetos Sexuais” ou “Crianças como Seres Sexuais: a primeira dimensão corresponde à associação que os participantes fizeram entre sexualidade e crianças, pelo que é sugerido que os mesmos percebem as crianças como estando disponíveis para responder à suas necessidades sexuais; a segunda dimensão envolve a percepção de crianças como capazes de dar consentimento para a relação sexual, uma vez que estes agressores sexuais referem que a maturidade sexual das crianças é equivalente à dos adultos. Marziano et al. (2006) demonstrou que os abusadores sexuais de crianças/adolescentes com vítimas do gênero masculino partilhavam com frequência mais elevada as teorias implícitas “Crianças como Seres Sexuais” e “Mundo Perigoso” do que os ofensores com vítimas do gênero feminino. No entanto, foi encontrada uma sexta teoria implícita presente no discurso dos ofensores sexuais: “Criança como Parceira Íntima” (Paquette et al., 2014). As cognições dos participantes que indicaram esta teoria implícita correspondiam à sua percepção das crianças como os seus pares em diversos níveis, incluindo ao nível social e emocional, pelo que a maioria dos abusadores sexuais com esta distorção identificam as crianças como sendo suas amigas.

A maioria destas cognições refletia a relação que os indivíduos acreditavam ter com as suas vítimas e, por isso, a elaboração desta teoria implícita não se baseou no sexo nem nas relações sexuais entre os participantes e as suas vítimas. Ao invés, foi baseada nas questões de amizade, confiança e afeto. Adicionalmente, todos os ofensores que identificaram esta distorção cognitiva argumentaram que não se encontravam interessados na vida adulta: percebiam-se a si mesmos como sendo crianças. As relações sexuais que mantinham com as crianças não eram, por isso, percebidas como agressões sexuais, uma vez que ocorriam entre dois indivíduos com a mesma idade mental percebida: o adulto sentia-se como uma criança ou percebia uma criança como um adulto (Paquette et al., 2014).

Nos agressores sexuais condenados por pornografia infantil, e em linha com a conceptualização de Ward e Keenan (1999), as teorias implícitas identificadas contêm crenças mistas ao nível geral (e.g. sobre o mundo *online* e *offline*) e crenças médias sobre entidades específicas (e.g. sobre si mesmos e crianças), pelo que têm sido aplicadas a abusadores sexuais de menores e a agressores sexuais condenados por

pornografia infantil, com algumas variantes (Bartels & Merdian, 2016; Paquette & Cortoni, 2020). Bartels e Merdian (2016) propuseram cinco teorias implícitas principais para agressores sexuais condenados por pornografia infantil: Mundo Infeliz que corresponde a uma visão hostil e de desconfiança perante o mundo e as pessoas; Eu como Incontrolável que corresponde à percepção da Natureza Reforçadora da Internet como predominantemente positiva, especialmente em termos da sua capacidade de melhorar o seu estado emocional, a desvantagem do *Triple-A-Engine* (acesso, anonimato e acessibilidade) é a falta de autocontrolo (emocional e situacional) oferecido *online* e a percepção de ser uma estratégia de coping eficaz para estes indivíduos evitarem o Mundo Infeliz (Soldino et al., 2019); Crianças como Objetos Sexuais em que é proposto que os indivíduos condenados por pornografia infantil vêm mesmo as crianças como objetos sexuais que podem ser utilizadas para satisfazerem as suas necessidades sexuais; Natureza do Dano que envolve a crença de este tipo de ofensores sexuais percecionam o seu comportamento como não tendo dano nenhum para as vítimas uma vez que não envolve qualquer contacto físico com as crianças; e o Eu como Colecionador referente ao facto de que, apesar da maioria dos ofensores que consomem estas imagens fazem-no por excitação sexual, alguns ofensores sexuais ganham satisfação a partir do processo de coleção ao mesmo tempo a partir do conteúdo das imagens (Bartels & Merdian, 2016).

Tendencialmente, a teoria implícita Natureza Reforçadora da Internet encontra-se em quase todos os discursos destes ofensores sexuais, em que a utilização do espaço online constitui uma forma de evitarem o mundo offline e os seus stressores (Paquette & Cortoni, 2020; Soldino et al., 2019). Por sua vez, Paquette e Cortoni (2020) identificaram oito temas cognitivos, relacionados com o crime de pornografia de menores, distintos em quatro níveis de temas: o nível Relações Interpessoais (Mundo Perigoso, Criança como Parceira Íntima e Direito); o nível Sexualização das Crianças (Crianças como Seres sexuais e Natureza do Dano); nível Incontrolabilidade (formou a sua própria categoria); e nível Internet (Virtual não é Real e a Internet é Incontrolável). Relativamente ao nível Relações Interpessoais, alguns ofensores condenados por pornografia infantil acreditam que escolhem vítimas crianças, em parte, devido às suas experiências de vida negativas ou medo de relações com adultos (Paquette & Cortoni, 2020). Neste contexto, adultos, especialmente mulheres, são frequentemente descritas como maliciosas, ameaçadoras e não confiáveis, o que é associado ao tema subjacente à teoria implícita Mundo Infeliz proposto por Bartels e Merdian (2016).

No entanto, é demonstrado que a versão de Mundo Perigoso para os crimes s relacionados com pornografia infantil reflete, de alguma forma, mais do que percepções de um mundo infeliz, uma vez que os participantes reportavam sentimentos de medo e perigo dos adultos ao invés de apenas sentimentos de infelicidade, pelo que é consistente com estudos que demonstraram que todos os homens que se envolvem em agressões sexuais em geral reportam medo e ansiedade acerca de relações íntimas com adultos (Paquette & Cortoni, 2020; Paquette & Fortin, 2021). Neste contexto, os agressores sexuais têm reportado terem relações íntimas insatisfatórias com parceiros da sua própria idade e voltam-se para as crianças para amizades porque acreditam que as crianças são mais amáveis, honestas e carinhosas (Mundo Perigoso e Criança como Parceira Íntima) (Paquette & Cortoni, 2020).

Por fim, e relativamente aos ofensores mistos, a categoria mais prevalente de distorções cognitivas dos indivíduos condenados por abuso sexual de menores e pornografia infantil foi Sexualização da Criança, pelo que tem sido sugerido que este tema cognitivo seja uma característica geral de indivíduos que se envolvem em qualquer forma de contacto sexual com crianças. Para além disso, os resultados deste estudo apoiam conceptualizações prévias de que o tema cognitivo Criança como Parceiro Íntima como componente do construto de congruência emocional com crianças, é um fator de risco comum para os indivíduos que abusam sexualmente de menores (Paquette & Fortin, 2021).

Este construto psicológico encontra-se associado ao Caminho dois – guiões sexuais desviantes (Ward & Siegert, 2002) que se refere a indivíduos que apresentam distorções subtis nos seus guiões sexuais que interagem com esquemas relacionais disfuncionais. Tal como tem sido proposto por Marziano et al. (2006), os ofensores com este caminho etiológico podem ter sofrido abuso sexual na infância e como consequência tornaram-se prematuramente sexualizados, desenvolvendo, assim, confusão de pistas sexuais com aqueles que sinalizam afeto e proximidade e um medo de rejeição por parte dos outros caso pretendam estabelecer relacionamento íntimos apropriados (Ward & Siegert, 2002). O facto de as crianças serem escolhidas como parceiras sexuais é largamente uma questão de oportunidade e necessidades sexuais e/ou emocionais (Ward & Siegert, 2002).

### **Déficits de empatia (cognitiva e afetiva/emocional)**

Para além das distorções cognitivas, os défices de empatia que se podem encontrar presentes nestes dois tipos de ofensores sexuais, também, parecem ser uma forma de apoiar a reincidência nos crimes sexuais. A empatia é definida por Barnett e Mann (2013) como sendo a compreensão cognitiva e emocional da experiência de outras pessoas, resultando numa resposta emocional para o observador que é congruente com a visão de que os outros são dignos de compaixão e respeito e têm valores intrínsecos. Especificamente, empatia para com a vítima é considerada um contingente da capacidade de um indivíduo que cometeu a ofensa sexual de identificar e compreender com precisão, na ausência dos seus próprios preconceitos, o que a vítima provavelmente terá experienciado durante a atividade sexual forçada (Barnett & Mann, 2013). Wood e Riggs (2008) demonstraram que os abusadores sexuais de crianças apresentavam baixos níveis de empatia para com a vítima de abuso sexual, no entanto, curiosamente, apresentavam níveis elevados de empatia geral, isto é, apresentam maior empatia para com a população em geral. Um baixo nível de empatia para com a vítima pode funcionar para proteger o ofensor da dissonância criada pelo comportamento sexual abusivo no contexto da empatia geral pelos outros (Wood & Riggs, 2008). Estes autores associaram este défice de empatia para com a vítima a um estilo de vinculação ansioso, ou seja, uma vinculação ansiosa encontrava-se associada a estratégias de hiperativação que podem aumentar o *distress* e preocupação.

Consequentemente, indivíduos com níveis elevados de vinculação ansiosa e algum grau de empatia geral podem encontrar-se envolvidos em formas extremas de distorções cognitivas sobre relações sexuais entre crianças e adultos e de empatia para com a vítima com o objetivo de justificar o comportamento sexualmente abusivo (Wood & Riggs, 2008). Por sua vez, Laulik et al. (2007), numa amostra de agressores sexuais condenados por pornografia infantil em *probation*, identificaram a presença de déficits de empatia geral. As correlações presentes no estudo sugeriram que estes indivíduos experienciam isolamento social marcado, uma desvinculação de relações interpessoais, dificuldades com relações pessoais, instabilidade afetiva, problemas de identidade e défices de empatia extensivos, pelo que constituem fatores para a predisposição no envolvimento do visionamento de imagem sexualmente explícitas de crianças (Laulik et al., 2007).

Não obstante, para além da divisão dos conceitos “empatia geral” e “empatia para com a vítima”, este construto psicológico, ainda, tem sido na literatura forense dividido em “empatia afetiva e cognitiva” (Barnett & Mann, 2013; Morrow, 2020). A empatia cognitiva é definida como a capacidade de assumir a percepção de outra pessoa e inferir sobre o seu estado mental e, é frequentemente referida como a compreensão intelectual da experiência subjetiva do outro (Morrow, 2020). Por sua vez, a empatia afetiva é definida como uma resposta emocional do observador referente ao estado emocional de outra pessoa (Eisenberg & Miller, 1987; Mehrabian & Epstein, 1972, citados por Morrow, 2020). As características afetivas incluem excitação, ressonância e congruência com o estado emocional de outros; este tipo de empatia pressupõe uma resposta imediata às emoções observadas num indivíduo (Duan & Hill, 1996, citados por Morrow, 2020).

Os níveis de empatia cognitiva e geral entre os ofensores sexuais são baixos, particularmente para aqueles que foram condenados por se envolverem em abusos sexuais contra crianças, no contexto extrafamiliar. No entanto, os abusadores sexuais de crianças não apresentam menores níveis significativos de empatia afetiva quando comparados com a população geral, aparentando terem uma capacidade equivalente de atender às pistas interpessoais exibidas por outras pessoas (Morrow, 2020). Comparativamente a este tipo de ofensores sexuais, Morrow (2020) demonstrou que os abusadores sexuais condenados por pornografia infantil apresentavam menores níveis de empatia em geral que, provavelmente, tem impacto na sua capacidade de perceber e interpretar corretamente as experiências das outras pessoas.

Uma interpretação errónea da excitação sexual do outro e da recetividade dos avanços sexuais apresentam uma maior probabilidade de facilitar défices de empatia cognitiva, uma vez que um indivíduo que tem uma pobre capacidade de colocar-se na experiência subjetiva do outro pode chegar à conclusão de que a vítima apresenta desejo de se envolver no comportamento sexual. Contrariamente, Henry et al. (2010) demonstraram num grupo de agressores sexuais condenados por pornografia infantil caracterizado por desviância, elevados níveis de défices de empatia para com as vítimas, indicando, possivelmente, uma interpretação superficial da visualização das imagens que escolhem, uma vez que não demonstraram distorções cognitivas gerais relacionadas com crianças e sexo.

Adicionalmente, Neutze et al. (2011) não encontraram diferenças ao nível dos défices de empatia entre estes dois tipos de perpetradores de violência sexual contra menores. Apesar de ser um construto importante para a compreensão dos fatores de risco para os crimes sexuais, são necessários mais estudos sobre as duas componentes de empatia (cognitiva e afetiva) ao nível dos ofensores sexuais condenados por pornografia infantil, uma vez que não foram encontrados estudos na literatura internacional que avaliassem estas dimensões. É de notar, ainda, que este construto psicológico se encontra muito mais aprofundado na tentativa de compreensão dos motivos para o contacto sexual direto com crianças do que na compreensão dos crimes que envolvem apenas o visionamento de conteúdos pornográficos infantis, o que é traduzido, depois, no estudo desta variável de forma geral e em conjunto com outras características (e.g. distorções cognitivas, congruência emocional com crianças, entre outras).

Com alguma frequência (Babchishin et al., 2014; Brown et al., 2013; Hempel et al., 2015) é defendida a visão de que existem fortes associações entre distorções cognitivas e défices de empatia e, por isso, questionam se as afirmações que apoiam os crimes sexuais e os défices de empatia são desenvolvidos pelos mesmos mecanismos subjacentes ou se os défices de empatia constituem uma consequência de afirmações que apoiam os comportamentos sexuais abusivos (Blake & Gannon, 2008). Hempel et al. (2015) demonstraram a existência de uma relação entre distorções cognitivas dos abusadores sexuais que justificam a ofensa contra as crianças, a sua compreensão do estado ou contexto emocional da outra pessoa (empatia cognitiva) e a sua interpretação de incidentes hipotéticos de abuso sexual de menores (empatia afetiva).

Os abusadores sexuais com níveis elevados de distorções cognitivas encontravam-se relacionados com menores níveis de empatia cognitiva e com a atribuição de benefício, responsabilidade e cooperação da criança nos incidentes hipotéticos de abuso sexual, o que se traduziu numa associação entre baixos níveis de empatia cognitiva e uma maior atribuição de responsabilidade às vítimas. As distorções cognitivas que justificam a ofensa sexual contra crianças estavam relacionadas com problemas em compreender o estado emocional dos outros (empatia cognitiva), mas não se encontravam relacionadas com a capacidade de sentir ou simpatizar com o estado emocional do outro (empatia afetiva) (Hempel et al., 2015).

Os déficits de empatia podem ser enquadrados no Caminho 4 – Cognições antissociais do Modelo de Ward e Siegert (2002), uma vez que podem estar associados a um padrão geral de comportamento antissocial caracterizado por atitudes e crenças pro-criminais gerais que defendem a existência de atitudes patriarcais em relação a crianças e a sensação de superioridade por parte dos ofensores. Neste caminho etiológico, não têm de estar presentes distorções cognitivas nos guiões sexuais (e.g., *template* de relações sexuais entre criança e adulto). Elliott et al. (2009) afirmaram que, principalmente os agressores sexuais que têm contacto com as vítimas, são caracterizados por déficits primários relacionados com o caminho etiológico das cognições antissociais, nomeadamente por déficits de empatia para com a vítima.

### **Fantasia sexuais desviantes**

As fantasias sexuais têm sido definidas como qualquer imagem mental que é sexualmente excitante ou erótica para o indivíduo (Leitnberg & Henning, 1995, citados por Woodworth et al., 2013). As fantasias sexuais podem incluir confirmação do poder sexual, irresistibilidade/encanto, imagem com amantes passados, presentes e futuros, agressividade ou tendências submissas/masoquistas (Arndt, Foehl, & Good, 1985; Crepault & Couture, 1980, citados por Woodworth et al., 2013). Ao longo do tempo, tem sido proposto que as fantasias sexuais desviantes constituem elementos fundamentais na facilitação dos crimes sexuais e que são contributos importantes tanto para a etiologia como para as dinâmicas da agressão sexual (Woodworth et al., 2013). As fantasias sexuais desviantes acompanhadas pelo orgasmo podem reforçar o encorajamento dos agressores sexuais em se envolverem na reincidência de comportamentos sexuais abusivos (Morrow, 2020).

Este aspeto psicológico tem sido compreendido à luz do Modelo Comportamental de Skinner (1948) (Morrow, 2020). Tem sido comumente aceite desde o início do movimento cognitivo-comportamental nos anos 60 que os processos condicionantes desempenham um importante papel no desenvolvimento de comportamentos sexualmente desviantes (Abel & Blanchard, 1974; McGuire, Carlisle, & Young, 1965, citados por Marshall & Marshall, 2000). De acordo com este modelo, o envolvimento repetido numa fantasia sexual desviante pode estar fortemente associado a uma fantasia e ao desejo de satisfação sexual. As ações de um indivíduo devem ser positivamente reforçadas para que o condicionamento operante continue. Nesse sentido, as fantasias sexuais acompanhadas por masturbação e consequentemente pelo orgasmo, aumentando

o forte desejo para se envolver em atividades sexuais com os elementos presentes nas fantasias, podem reforçar o condicionamento operante necessário para encorajar os agressores a se envolverem na prática futura das suas fantasias sexuais desviantes (e.g. relações sexuais com crianças) (Marshall & Marshall, 2000; Morrow, 2020). Por sua vez, o reforço negativo ocorre quando o comportamento leva à cessão de um estado alterado (Skinner, 1969, citado por Marshall & Marshall, 2000); algumas evidências têm apontado que o sexo é utilizado como um mecanismo de *coping* pelos ofensores sexuais. No entanto, não é só a masturbação que reforça negativamente a utilização do sexo como estratégia de *coping*. A masturbação introduz claramente um estado de prazer, e tudo o que é consistentemente associado a este estado (e.g. o conteúdo das fantasias) tem a probabilidade de adquirir uma valência positiva, isto é, a masturbação também funciona como uma experiência de reforço positivo (Marshall & Marshall, 2000).

Woodworth et al. (2013) demonstraram que os ofensores sexuais de elevado risco apresentaram uma maior probabilidade de terem fantasias estritamente desviantes, envolvendo crianças, violência e combinação dos dois temas, sendo que os ofensores com fantasias com crianças eram exclusivamente abusadores sexuais.

Morrow (2020), na sua meta-análise, ainda estabeleceu uma relação entre défices de empatia cognitiva encontrados nos abusadores sexuais de crianças e manutenção de fantasias sexuais. É sugerido que a satisfação de uma fantasia sexual desviante pode ser mais fácil para os indivíduos que apresentem menores níveis de empatia cognitiva, uma vez que a imaginação de outro (nomeadamente da criança) em sofrimento pode não provocar uma reação negativa forte, e, portanto, a fantasia pode ser acomodada sem experienciar um condicionamento forte negativo, o qual a empatia cognitiva normalmente desenvolve.

Adicionalmente, foram realizados estudos recorrendo ao instrumento *The Wilson Sex Fantasy Questionnaire* (WSFQ) com o objetivo de avaliarem as fantasias sexuais predominantemente presentes nos abusadores sexuais de crianças quando comparados com uma amostra de indivíduos sem historial de crimes sexuais (Baumgartner et al., 2002; Bartels et al., 2019). Baumgartner et al. (2002) demonstraram que os abusadores sexuais de crianças reportaram níveis mais elevados de fantasias sexuais tanto exploratórias como de intimidade, pelo que os resultados demonstrados nas subescalas Impessoal e Sadomasoquistas foram semelhantes entre os grupos. Contrariamente, Bartels et al. (2019) demonstraram que os abusadores sexuais de crianças pontuaram

mais baixo do que o grupo de controlo nas subescalas Sadomasoquista, Exploratórias e Impessoal. Contudo, o WSFQ apresenta dois itens individuais (“*Ter sexo com alguém muito mais novo que você*” e “*Seduzir alguém inexperiente/ “inocente”*”) que se aproximam do comportamento sexualmente abusivo contra crianças e que constituem elementos importantes para compreender as diferenças entre abusadores sexuais de crianças e ofensores que não cometeram crimes sexuais, e que podem abordar a utilidade discriminante do instrumento (Baumgartner et al., 2002).

Os abusadores sexuais de menores demonstraram uma pontuação significativamente mais elevada nestes dois itens, pelo que a disparidade dos mesmos parece indicar que estes ofensores sexuais apresentam uma tendência para terem fantasias sexuais que envolvem parceiros cujas qualidades parecem corresponder aquelas que são consideradas como características de crianças (e.g. inocência e idade significativamente mais baixa) (Baumgartner et al., 2002; Bartels et al., 2019). Pode ser argumentado que os sujeitos com interesse sexual em crianças podem considerar estas características particularmente apelativas e, por isso, incorporá-las nas suas fantasias sexuais (com fantasias sexuais que envolvem crianças serem uma manifestação extrema dessas características) (Bartels et al., 2019).

Maniglio (2011) sugere que os ofensores sexuais, especialmente aqueles com histórias de abuso sexual infantil que sofrem de perturbações psiquiátricas ou estados emocionais negativos como resultado das experiências de vitimação infantil (e.g. sentimentos de humilhação, rejeição, raiva, afeto negativo ou baixa autoestima) e com déficits de mecanismos de  *coping*  adaptativos (e.g. abuso de álcool ou drogas ou auto medicação), podem envolver-se no desenvolvimento de fantasias sexuais desviantes como uma tentativa de evitar ou de aliviar os seus estados emocionais negativos ou sintomas psiquiátricos. Para além disso, é sugerido que as mesmas têm potencial de produzir ciclos auto perpetradores de utilização de fantasias sexuais desviantes na presença de estados emocionais dolorosos, calma subsequente, desenvolvimento lento de mais tensão e humor negativo e, conseqüentemente, o uso adicional das mesmas (Looman, 1995). Especificamente, uma vez que as fantasias sexuais desviantes são uma fonte eficaz de excitação, prazer e satisfação (Leitenberg & Hanning, 1995), estas podem ser utilizadas como uma estratégia de  *coping*  (Marshall & Marshall, 2000; Paquette & Fortin, 2021) por agressores sexuais que apresentam uma ausência de competências de  *coping*  eficazes e experienciam sintomas depressivos ou ansiosos ou determinados problemas psicológicos resultantes de abuso infantil (Maniglio, 2011).

Adicionalmente, para estes ofensores sexuais, o envolvimento em fantasias sexuais desviantes pode funcionar como uma tentativa de modelar o afeto, aumentar os seus níveis de energia ou sentimentos de euforia, melhorar a autoestima ou autoeficácia, diminuição de anedonia (incapacidade de sentir prazer), obter sentimentos de relaxamento, e evitar ou aliviar os sentimentos negativos associados as experiências de vitimação infantil (Maniglio, 2011), ou seja, estas fantasias sexuais, muitas vezes seguidas de masturbação, para além de servirem como um propósito de excitação sexual, também servem para satisfazer as necessidades emocionais dos ofensores (Looman, 1995). Mais precisamente, tem sido colocada a hipótese de que os ofensores sexuais, devido à sua incapacidade de lidarem efetivamente com os problemas psicológicos, podem envolver-se em fantasias sexuais desviantes quando surgem estados emocionais negativos como consequência de situações stressantes, quando necessitam de regular o seu estado de humor ao escapar da realidade (Maniglio, 2011) e como meio de para sentirem uma ilusão de controlo e de poder, ou seja, os abusadores sexuais têm indicado maior sensação de estarem em controlo ou de estarem numa posição de poder quando tinham fantasias sexuais sobre crianças (Looman, 1995).

Para além disso, tem sido demonstrado que os agressores sexuais condenados por pornografia infantil apresentam mais problemas de autorregulação sexual, maior excitação sexual com crianças e mais fantasias sexuais do que os abusadores sexuais (Elliot et al., 2009, 2013). Elliot et al. (2009, 2013), tal como supramencionado, demonstraram que os ofensores que apenas consomem pornografia infantil apresentavam a capacidade de se relacionarem com as personagens fictícias e identificarem os sentimentos das mesmas, como nas imagens que demonstram as crianças a representarem personagens fictícias, por mais abusivo que seja o papel, para uma audiência. A produção de pornografia infantil é deliberada e moldada para ir ao encontro das exigências implícitas e explícitas da audiência, com instruções coercivas como “sorri” e “olha para a câmara” que são, frequentemente, audíveis nos vídeos (Taylor & Quayle, 2003, citados por Elliot et al., 2009). Isto serve para gerar fantasias de uma criança obediente e sexualmente envolvida que participa de “livre vontade” no comportamento sexual retratado (Elliot et al., 2009, 2013). Estar sexualmente interessado em crianças não leva necessariamente ao abuso sexual de crianças físico/com contacto. Não obstante, Paquette et al. (2022) demonstraram que o consumo de pornografia infantil se encontrava substancialmente correlacionado com interesses sexuais com crianças.

Ademais, o consumo de pornografia infantil apresentava uma interação com o interesse sexual por rapazes, pelo que os ofensores sexuais com tais interesses apresentavam maiores probabilidade de abusarem sexualmente de vítimas do género masculino do que os ofensores que tinham interesse sexual por crianças do género feminino, mas que não consumiam pornografia infantil (Paquette et al., 2022). Contudo, alguns indivíduos expressam os seus interesses sexuais desviantes ao consumir pornografia infantil que culmina na masturbação/orgasmo ou nas suas fantasias sexuais com crianças, mas não têm contactos diretos/físicos com potenciais vítimas (Neutze et al., 2011). De facto, é referido que para alguns ofensores sexuais, que consomem exclusivamente pornografia infantil, esses conteúdos sexualmente explícitos auxiliam no controlo dos seus interesses sexuais desviantes e atuam de forma preventiva (Houtepen et al., 2014), sendo que o espaço *online* permite-lhes tanto explorar fantasias sexuais desviantes como outras com conteúdos mais extremos (Meridian et al., 2018). Adicionalmente, também tem sido demonstrado a presença de um nível elevado de fantasias sexuais na altura dos crimes de pornografia infantil (Webb et al., 2008).

Este construto psicológico tende a enquadrar-se no Caminho três – Desregulação emocional (Ward & Siegert, 2002), uma vez que é teorizado que as fantasias sexuais acompanham os comportamentos sexuais abusivos (e.g., masturbação, sexo com crianças, etc.) e funcionam como uma forma de aumentar a sensação de bem-estar do ofensor. Por exemplo, com narrativas nas quais o ofensor é amado, poderoso, importante ou vingativo (Ward & Siegert, 2002).

### **Déficits de intimidade**

De acordo com Martin e Tardiff (2014), os défices de intimidade referem-se a disposições relacionais que afetam negativamente a capacidade de experienciar relações íntimas saudáveis e satisfatórias e/ou a qualidade da intimidade das relações estabelecidas. Por sua vez, a solidão é conceptualizada como um défice social, quando a rede de relacionamentos sociais de uma pessoa é mais pequena ou menos satisfatória do que a pessoa deseja (Peplau & Perlman, 1979, citados por Wielinga et al., 2019). Central a esta conceptualização é o reconhecimento de que a solidão é um construto multidimensional, influenciado por afetos, cognições e comportamentos (Peplau & Perlman, 1979, citados por Wielinga et al., 2019). Martin e Tardiff (2015) demonstraram que as características relacionadas com os défices de intimidade são específicas à agressão sexual. Quando comparados com uma amostra de controlo, os

ofensores sexuais tendem a demonstrar níveis elevados de ansiedade de abandono que, por sua vez, se encontra positivamente associada ao risco de reincidência nos crimes sexuais, sendo, por isso, um preditor de risco significativo (Martin & Tardiff, 2015; Wielinga et al., 2019). Adicionalmente, o risco de reincidência em crimes sexuais foi marginalmente associado a déficits de intimidade não específicos: estado civil-solteiro-baixa capacidade para intimidade geral e evitamento da intimidade (Martin & Tardiff, 2015). A influência destes déficits de intimidade não específicos nos crimes sexuais tende a aumentar a presença de outros fatores associados à reincidência nos crimes sexuais (e.g. hostilidade, interesses sexualmente desviantes; Hanson & Morton-Bourgon, 2004, citados por Martin & Tardif, 2015).

Elliot et al. (2009, 2013) apresentaram ainda como explicação, para o desenvolvimento de fantasias sexuais desviantes, o facto da interação virtual entre o ofensor e a criança representada nas imagens sexualmente explícitas poder refletir numa forma de pseudo-intimidade que compensa a ausência ou défice de intimidade da vida real, e conseqüente solidão emocional, que reduz a capacidade do agressor sexual condenado por pornografia infantil em desenvolver e manter eficazmente relacionamentos com os seus pares adultos. Por outras palavras, estes autores sugeriram que os consumidores de pornografia infantil, colecionam esses conteúdos ilegais devido à ausência de contacto face-a-face e baixo risco social para atender às necessidades relacionadas com os défices de intimidade (Elliot et al., 2009, 2013). De facto, Middleton et al. (2006) demonstraram que os agressores sexuais condenados por pornografia infantil evidenciam níveis elevados de solidão emocional, enquadrando-se no Caminho um - Défices de Intimidade do Modelo de Ward & Siegert (2002). A causa primária do comportamento sexualmente abusivo associa-se à necessidade de se envolver numa relação sexual com outra pessoa de modo a aliviar a solidão e compensar a ausência de intimidade (Ward & Siegert, 2002), pelo que estes ofensores tendem a demonstrar um estilo de vinculação inseguro (medo) (Armstrong, & Mellor, 2013; Middleton et al., 2006).

Armstrong e Mellor (2013) demonstraram que os ofensores condenados pelo crime de pornografia infantil têm maiores dificuldades em se aproximar dos outros e sentem-se mais desconfortáveis a dependerem de terceiros. Não obstante, tendiam a depender da aceitação e afirmação por parte dos outros, o que os torna mais suscetíveis à solidão e estados depressivos como resultado de ausência de recursos interpessoais, medo de rejeição e baixa autoconfiança.

Adicionalmente, Babchishin et al. (2015) demonstraram que a solidão (défice de intimidade) e o aborrecimento (impulsividade) eram preditores particularmente importantes para o consumo de pornografia infantil, assim como para o aumento de fantasias sexuais desviantes nas agressões sexuais.

Webb et al. (2008) identificaram níveis elevados de dificuldades em diversos domínios dinâmicos para os dois tipos de ofensores sexuais, particularmente os relacionados com os défices de intimidade. Os problemas com os défices de intimidade podem refletir questões gerais para os ofensores sexuais na formação de relacionamentos adultos. Tem sido relatado que tanto os abusadores sexuais de menores como os agressores sexuais condenados por pornografia infantil tinham uma elevada prevalência de perturbações mentais e/ou de personalidade que, por sua vez, podem explicar a ausência de intimidade nas relações, isto é, a maioria destes dois tipos de ofensores apresenta um perfil esquizoide, evitante e dependente sugestivo de indivíduos que se retraem de situações interpessoais e sociais por medo de rejeição e distanciam-se emocionalmente, ou indivíduos que confiam excessivamente nos seus relacionamentos com os outros como forma de lidar com a situação (Webb et al., 2008). Marshall (1989, 1993) observou que muitos agressores sexuais apresentavam uma ausência de relações íntimas, que estavam emocionalmente isolados e tinham várias relações superficiais e insatisfeitas (Bumby & Hansen, 1997). Bumby e Hansen (1997) demonstraram que os abusadores sexuais de crianças reportaram menores níveis de intimidade nas suas relações típicas com amigos do sexo masculino, assim como nas relações com o sexo oposto. Isto sugere que o medo de intimidade em relações adultas pode ser um fator particularmente saliente a ser considerado durante a avaliação e tratamento de abusadores sexuais (Bumby & Hansen, 1997). Pode-se, ainda, especular que medos e ansiedades significativas sobre a intimidade com os adultos pode, em parte, encontrar-se relacionado com a necessidade de procura de intimidade e contacto sexual com crianças, uma vez que o seu baixo auto valor contribui para a perceção dos adultos como ameaçadores e crianças como submissas e não ameaçadoras (Wood & Riggs, 2008). Estes ofensores têm a perceção que as crianças apresentam uma menor probabilidade de os rejeitar e por isso sentem-se menos vulneráveis nas suas tentativas de estabelecer uma relação íntima (Bumby & Hansen, 1997). Os abusadores sexuais de crianças tendem experienciar mais distorções cognitivas relacionadas com o domínio do défice de intimidade, que se encontra particularmente relacionado com o medo da rejeição (Lim et al., 2021).

Por sua vez, Armstrong e Mellor (2013) demonstraram que não existem diferenças entre abusadores sexuais de crianças e agressores sexuais condenados por pornografia infantil relativamente aos sentimentos sobre relações próximas, o que sugere que os ofensores sexuais, de uma forma geral, tendem a evitar relacionamentos íntimos. Não obstante, os ofensores sexuais condenados pelo crime de pornografia infantil apresentavam mais visões negativas sobre si mesmos do que os abusadores sexuais (contacto sexual abusivo com crianças), mas não reportaram níveis elevados de visões negativas acerca dos outros.

Tal como já foi referido, este aspeto psicológico encontra-se associado ao Caminho um – déficits de intimidade do modelo de Ward e Siegert (2002) que se refere a indivíduos que apresentam, tendencialmente, guiões sexuais normativos e só procedem aos comportamentos sexuais desviantes e abusivos quando um parceiro não se encontra disponível. Ademais, consiste em ofensores que preferem ter relações sexuais com os seus pares adultos (mulher ou homem), em determinadas situações, mas que se encontra preparado para os substituir por uma criança, sendo que o menor é percecionado como um “pseudo-adulto”, funcionando como um substituto (Ward & Siegert, 2002). O mecanismo causal primário subjacente a este “caminho” é a vinculação insegura e subsequentes problemas em estabelecer relações satisfatórias com adultos (Ward & Siegert, 2002).

### **Impulsividade**

Tal como supramencionado, Hanson et al. (2007) e Babchishin et al. (2015) demonstraram que a impulsividade desempenha um papel fundamental no risco de reincidência entre ofensores sexuais, uma vez que, em conjunto com outras variáveis (e.g. défices de intimidade), é um preditor importante para o consumo de pornografia infantil, assim como para o aumento de fantasias sexuais desviantes (Babchishin et al., 2015).

A impulsividade e a regulação comportamental têm sido consideradas como importantes fatores de risco dinâmicos nas agressões sexuais, sendo que a primeira compreende características cognitivas e comportamentais, isto é, os indivíduos impulsivos tendem a demonstrar respostas rápidas e desinibidas aos estímulos (Carvalho & Nobre, 2013).

Esta característica cognitiva e comportamental inclui a incapacidade de prever as consequências das ações conjuntamente com o processo de tomada de decisão relacionado com decisões ou ações impulsivas (Lim et al., 2021). A impulsividade é, também, associada à incapacidade de parar qualquer resposta assim que a mesma começa (Lim et al., 2021). Especificamente, Barratt (1985) definiu a impulsividade em três subtipos: Impulsividade Motora que é definida como agir sem pensar; Impulsividade Cognitiva que envolve tomar decisões cognitivas rápidas; e Impulsividade Não-Planeada, que é caracterizada como “orientação presente” ou falta de planeamento do futuro (Patton et al., 1995).

As observações clínicas têm demonstrado que os comportamentos dos ofensores sexuais se enquadram perfeitamente nas definições de impulsividade, uma vez que é observado: comportamentos sem a avaliação das consequências (tanto para o ofensor como para a vítima), agirem sem analisar a informação envolvente (sem escolher o local) e agirem para obterem gratificação imediata, apesar da punição inevitável no futuro (Krasowska et al., 2013). Em ofensores sexuais mais impulsivos, as necessidades desviantes podem permanecer escondidas e negadas, até uma perda súbita de controlo em certas circunstâncias propícias (intoxicação alcoólica, situações stressantes, emoções fortes), pelo que tais comportamentos são caracterizados por ausência de planeamento, são rápidos e depois são considerados estranhos, impossíveis de compreender e aceitar (Krasowska et al., 2013). Abusadores sexuais de crianças com níveis mais elevados de impulsividade indicam um risco mais elevado de reincidência e de terem um maior número de vítimas (Lim et al., 2021).

Tem sido demonstrado que os abusadores sexuais de crianças apresentaram resultados mais elevados do que ofensores que consomem pornografia infantil em impulsividade cognitiva (mas não motora), níveis mais elevados de *locus* de controlo externo, e por isso apresentam maior probabilidade de não conseguirem controlar o seu comportamento (Elliott et al., 2009, 2013). Baltieri e Boer (2015) concluíram, num grupo de abusadores sexuais de crianças com historial de abuso de substâncias, baixas habilitações literárias e com estado civil de solteiro, a presença de níveis elevados nos três domínios de impulsividade propostos por Barratt (1985). Rosburg et al. (2018) demonstraram que os abusadores sexuais de crianças com indicadores de parafilia (nomeadamente, pedofilia) cotavam resultados mais elevados em défices de inibição de resposta no teste *Go/No go*, sugerindo, por isso, que a *performance* na tarefa possa ser considerada como um representante do comportamento impulsivo, que é consistente

com o estudo de Turner et al. (2018). Estes autores argumentaram que os défices na inibição de resposta e elevada impulsividade representam fatores de risco para abusadores sexuais com parafilias em agirem de acordo com os seus interesses sexualmente desviantes emergentes e, por isso, proporcionam condições para o cometimento do crime sexual (Rosburg et al., 2018). Nas situações de vida real, é concebível, que apesar dos abusadores sexuais de crianças não serem mais impulsivos do que outros indivíduos, a presença de pistas sexuais (e.g. crianças) pode aumentar o desejo ou a excitação sexual (Turner et al., 2018). O aumento da excitação sexual pode então levar à diminuição das competências de autocontrolo, incluindo déficits na inibição de resposta, resultando numa incapacidade de inibir os estímulos sexuais induzindo emoções significativas ou um estado motivacional significativo (e.g., excitação sexual, mas, ao mesmo tempo, medo das sanções) (Turner et al., 2018).

Relativamente aos agressores que apenas consomem pornografia infantil, e apesar do aborrecimento ser um forte preditor para o consumo de materiais sexualmente explícitos que envolvem crianças (Babchishin et al., 2014), o controlo inibitório que impede a ofensa pode ser importante para os ofensores que fazem *download* dessas imagens do que para os abusadores sexuais, porque é relativamente fácil ter acesso a pornografia infantil *online*, e, por isso, torna-se mais difícil de resistir (Houtepen et al., 2014). Por outras palavras, apresentam impulsividade no sentido em que pretendem satisfazer os seus interesses sexuais desviantes com o consumo de imagens que envolvem atividades sexualmente abusivas entre uma criança e um adulto, porém, tendem a apresentar um determinado autocontrolo que os impede de passar à ofensa física. Para alguns autores, o facto de os agressores sexuais condenados por pornografia infantil apresentarem níveis altos de impulsividade consiste numa razão que suporta a noção de que o consumo de pornografia infantil assume uma forma de lidar, de forma desadequada, com as emoções negativas e permite fugir da vida e reações reais (Henry et al., 2010). Henry et al. (2010), na sua amostra de agressores sexuais condenados por pornografia infantil, demonstraram a existência de associações positivas entre as três formas de impulsividade (motora, cognitiva e não-planeada) e a inadequação emocional, pelo que suportam a noção de que para alguns ofensores, os crimes sexuais na internet assumem uma forma de lidar com emoções negativas e de potencial fuga à vida e relações reais. Não obstante, alguns estudos referem que estes dois grupos (abusadores sexuais) não diferem em termos de impulsividade, procura de sensações e tolerância à frustração (Houtepen et al., 2014).

Este construto encontra-se associado ao Caminho três- Desregulação emocional do Modelo de Ward & Siegert (2002), que contém indivíduos que apresentam guiões sexuais normais, mas têm dificuldades (mecanismos disfuncionais) em alguns aspetos do sistema de regulação emocional. Estes podem ser problemas na identificação das emoções, falta de capacidade para modular emoções negativas ou incapacidade para utilizar suportes sociais em tempos de *distress* emocional. Não obstante, outros indivíduos podem apresentar primariamente problemas em controlar a raiva e abusam sexualmente de crianças como forma de castigar os seus parceiros (Ward & Siegert, 2002). Alternativamente, estados de humor negativos fortes podem resultar na perda de controlo no qual, em conjunto com desejo sexual, leva ao indivíduo utilizar a criança, de forma oportunista, para satisfazer as suas necessidades sexuais (Ward & Siegert, 2002). A impulsividade pode, ainda, enquadrar-se no Caminho 4 – Cognições Antissociais, associada a um padrão de comportamento antissocial em geral caracterizado, também, por abuso de substâncias ilícitas e antecedentes criminais (Andrews & Bonta, 1998, citados por Ward & Siegert, 2002).

### **Agressores de contacto e agressores *online***

Apesar de existirem evidências de que os agressores sexuais de contacto (i.e., que cometem crimes que envolvem contacto físico com as vítimas, como de abuso sexual) e condenados por crimes sexuais online (i.e., que cometem crimes com recurso à Internet, sem contacto físico com as vítimas, como a de pornografia de menores) tendem a partilhar interesse sexual em crianças, tem sido sugerido que existe uma baixa probabilidade de consumidores de pornografia infantil passarem ao contacto físico abusivo (Paquette et al., 2020). Não obstante, os fatores de risco que têm valor preditivo para a possibilidade da passagem do crime de pornografia infantil para o crime de abuso sexual de menores (contacto sexual com crianças) são: idade precoce, antecedentes criminais por crimes violentos, cadastro juvenil e história criminal prévia (Babchishin et al., 2014).

A associação entre pornografia infantil e abuso sexual de crianças e o conhecimento sobre os fatores associados com a reincidência constituem um interesse particular (Neutze et al., 2011). Babchishin et al. (2014), na sua meta-análise, demonstrou que tendem a existir fatores de risco ao nível psicológico que facilitam a passagem de crime de pornografia infantil para crime de abuso sexual de menores, nomeadamente: níveis elevados de interesses parafilicos (nomeadamente, a pedofilia), ter acesso a crianças e

possuir poucas barreiras psicológicas que os impeça de agir conforme os impulsos desviantes, ou seja, a impulsividade desempenha um papel fundamental.

### **Programas de Intervenção**

A intervenção com os ofensores sexuais deve ter uma estrutura baseada nos princípios do Modelo Risco-Necessidades-Responsividade (RNR; Andrews & Bonta, 2007). De acordo com este modelo, as intervenções devem enquadrar-se nos estilos de aprendizagem dos ofensores sexuais, focando-se nos fatores de risco dinâmicos, e associarem-se ao risco de reincidência (Gonçalves, 2016; Gonçalves & Monteiro, 2020; Houtepen et al., 2014). Desde o momento em que o modelo RNR assume o protagonismo na intervenção com agressores, é possível ter um enfoque realista do que funciona e do que tem impacto na redução do comportamento criminal e reincidência (Gonçalves, 2016). Os construtos psicológicos descritos ao longo desta revisão são potenciais focos na intervenção assim como podem constituir estratégias de mudança comportamental. Efetivamente, os programas de intervenção para os ofensores sexuais têm-se focado nas distorções cognitivas, no desenvolvimento de empatia perante as vítimas, no desenvolvimento das competências sociais, na eliminação de interesses sexualmente desviantes e desenvolvimento de planos de segurança que promovem a prevenção da recaída (Gonçalves & Monteiro, 2020).

Martínez-Catena e Redondo (2021) avaliaram a eficácia de um programa na comunidade de tratamento de abusadores sexuais de crianças e demonstraram um resultado global de mudança terapêutica e das necessidades criminógenas dirigidas no tratamento, nomeadamente ao nível da autoestima social, assertividade, aceitação da utilização da força nas interações sexuais, impulsividade, agressividade e sentimentos de solidão. Os resultados deste estudo podem sugerir que os diversos ingredientes do tratamento aplicado (exercícios de relaxamento, análise da história pessoal, reestruturação das distorções cognitivas, prevenção da violência) não só têm um efeito isolado sobre os seus objetivos terapêuticos correspondentes; além disso, podem estar a favorecer uma mudança terapêutica mais global, apreciável em melhorias terapêuticas com cruzamento de diferentes necessidades criminógenas (Martínez-Catena & Redondo, 2021).

No Reino Unido, Gillespie et al. (2018) procederam à avaliação da eficácia de um programa psico educativo baseado na comunidade (*Inform Plus*) cuja missão consiste em auxiliar os ofensores que consomem pornografia infantil a desistirem dos seus comportamentos sexuais abusivos através de medidas que avaliam sintomatologia clínica severa, competências sociais, regulação emocional, empatia e distorções cognitivas. Os participantes, todos do sexo masculino, foram avaliados em três momentos: pré e pós programa e sessões *follow-up*. Gillespie et al. (2018) verificaram uma mudança significativa relativamente aos níveis de depressão, ansiedade e stress, sendo que essas reduções apresentaram uma tendência para permanecerem estáveis 8 a 12 semanas após o término do programa; assim como um aumento da autoestima, autoeficácia e locus de controlo relacionado com as competências sociais e, por isso, apresentavam experienciar mais sentimentos positivos em relação ao self.

Uma recente revisão sistemática (Sousa et al., 2022), onde a maioria dos estudos incluía programas baseados na intervenção cognitivo-comportamental com estratégias de prevenção de recaída, demonstrou que a taxa de reincidência variava entre 0% e 9% em ofensores sexuais que usufruíram dos ditos programas, comparativamente a entre 14% a 16% dos agressores condenados por crimes sexuais que não participaram em nenhum programa.

Em Portugal, os primeiros programas de intervenção estruturados para os ofensores sexuais foram iniciados nos estabelecimentos prisionais (Barroso et al., 2012). Em 2012 começaram a ser implementadas sessões individuais de intervenção com agressores sexuais em medidas de execução na comunidade com base no modelo R-N-R, que demonstraram resultados promissores relativamente à taxa de reincidência de ofensores sexuais (Gonçalves & Monteiro, 2020).

Apesar de alguns agressores que consomem pornografia infantil frequentarem programas de intervenção específicos, como o *Inform Plus* (Gillespie et al., 2018) ou o *Internet Sex Offenders Treatment Program* (i-STOP; Middleton et al., 2009), a maioria dos programas disponíveis para agressores sexuais foram concebidos, primariamente, para abusadores sexuais de crianças que praticaram o comportamento sexual abusivo (Gillespie et al., 2018). Esta limitação pode levar a que os agressores condenados pelo crime de pornografia de menores possam não receber tratamento adequado e que as suas motivações para o seu comportamento criminal possam ficar, em grande parte, sem supervisão (Gillespie et al., 2018; Sousa et al., 2022) ou que outras necessidades criminógenas não sejam alvo de intervenção (Sousa et al., 2022).

Contudo, a necessidade de uma resposta específica para agressores que cometem crimes de pornografia infantil, estes últimos dependerão da efetiva existência de diferenças entre estes e os agressores sexuais de contacto, uma área que carece de maior aprofundamento científico.

Em Portugal, os resultados de um estudo realizado pela Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (2020), levantaram uma suspeita de que existem diferenças entre abusadores sexuais de contacto e agressores de pornografia de menores. Estas diferenças observaram-se ao nível do estado civil, com predominância de casado/união de facto para abusadores sexuais de crianças e solteiro para condenados por pornografia de menores; das habilitações literárias, com maior predominância de 1º ciclo para ofensores condenados por abuso sexual de crianças e ensino secundário/superior para ofensores condenados por pornografia de menores; e das atitudes pró-criminais, em que os abusadores sexuais de crianças apresentam significativamente mais atitudes favoráveis ao crime, negação e minimização dos factos, negação e/ou minimização da responsabilidade, défice de empatia, atitudes negativas face à intervenção, consideração da condenação como injusta, e não reconhecimento da necessidade de ajuda comparativamente a agressores condenados por crimes de pornografia de menores (DGRSP, 2020). Devido a limitações metodológicas, não é possível tirar conclusões robustas com base nestes resultados, mas fica a suspeita de que estes grupos possam ter características e necessidades criminógenas diferentes. Esta suspeita merece maior investigação, algo que nos propomos no presente estudo.

### **O Presente Estudo**

O presente estudo visa contribuir para a compreensão das características de ofensores que cometeram crimes sexuais contra crianças e adolescentes (crimes de contacto) e ofensores que cometeram crimes de pornografia de menores (sem outros crimes de contacto). Partindo da lacuna de estudos realizados em Portugal o presente estudo foca-se em dimensões de caracterização psicológica, para além de sociodemográfica e jurídico-penal. Mais especificamente, e tendo por base o modelo de Ward e Siegert (2002), serão analisados os níveis de distorções cognitivas, os défices de empatia, os défices de intimidade, as fantasias sexuais desviantes e a impulsividade.

Assim, são objetivos do presente estudo:

- Caracterizar e comparar ofensores que cometeram crimes sexuais contra crianças e adolescentes (crimes de contacto) e ofensores de pornografia de menores relativamente à idade, estado civil, habilitações literárias e situação profissional
- Caracterizar e comparar ofensores que cometeram crimes sexuais contra crianças e adolescentes (crimes de contacto) e ofensores de pornografia de menores relativamente à história criminal, nomeadamente a antecedentes criminais por crimes sexuais e/ou não-sexuais, condenações anteriores, idade da(s) vítima(s), sexo da(s) vítima(s) e relação vítima-agressor
- Caracterizar e comparar ofensores que cometeram crimes sexuais contra crianças e adolescentes (crimes de contacto) e ofensores de pornografia de menores relativamente aos níveis de distorções cognitivas, empatia, défices de intimidade, fantasias sexuais desviantes e impulsividade.
- Analisar e comparar o padrão de correlações das dimensões psicológicas entre ofensores que cometeram crimes sexuais contra crianças e adolescentes (crimes de contacto) e ofensores de pornografia de menores

Este conhecimento é fundamental para fornecer um adequado suporte científico ao desenvolvimento de programas de intervenção que respondam às suas necessidades criminógenas específicas destes grupos de agressores. O contexto de realização do presente estudo é o cumprimento de penas e medidas na comunidade, onde se encontram a maioria dos ofensores sexuais condenados em Portugal (Gonçalves & Monteiro, 2020).

## Método

### Participantes

A presente amostra é constituída por 37 ofensores condenados por crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual cometidos sobre crianças e adolescentes e ofensores condenados pelo crime de pornografia infantil, todos do sexo masculino, que se encontram a cumprir penas e/ou medidas na comunidade.

Os casos foram selecionados por conveniência, tendo sido abordados todos os que estavam em cumprimento de penas e medidas na comunidade que se encontram em acompanhamento especializado em Equipas de Reinserção Social (ERS) da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, nos distritos de Lisboa e Setúbal, bem como na Associação O Companheiro. Os casos foram indicados pelos técnicos das ERS e da Associação de acordo com os seguintes critérios de inclusão da amostra: pessoas com mais de 18 anos de idade, condenadas por qualquer um dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual desde que a vítima seja criança ou adolescente; e condenados por pornografia infantil sem outro tipo de crime. Só integraram a amostra de ofensores que consentiram em participar, sendo que houve 8 indivíduos que não consentiram a participação no estudo.

A maioria dos participantes, à data dos factos, tinha entre os 16 e os 70 anos ( $M=38.78$ ,  $DP=17.67$ ), e, à data da recolha dos dados, tinha entre os 20 e os 78 anos ( $M=44.76$ ,  $DP=18.77$ ). À data dos factos, a maioria dos ofensores enquadrava-se na categoria solteiros (40.5%), seguido de união de facto (29.7%), casado (21.6%) e, em menor número, viúvo (8.1%). No momento da recolha de dados, a maioria dos participantes encontrava-se solteiro (45.9%), sendo que deste grupo cerca de 6 indivíduos encontravam-se numa relação (16.2%); seguido de união de facto (24.3%), casado (18.9%), pelo que desde grupo apenas um participante passou por um processo de divórcio após a instauração do processo atual ( $n=1$ , 2.7%) e um outro encontrava-se em fase de separação ( $n=1$ , 2.7%); e apenas três participantes eram são viúvos (8.1%), não obstante, um destes participantes encontrava-se atualmente em união de facto.

Relativamente ao nível de habilitações literárias, dos 37 participantes da presente amostra, a maioria tinha completado o 2º ciclo ( $n=11$ , 29.7%), seguido do ensino secundário ( $n=10$ , 27.0%), 1º ciclo ( $n=7$ , 18.9%), 3º ciclo ( $n=6$ , 16.2%) e, num número mais residual, cerca de dois indivíduos tinham completado o ensino superior (5.4%). Não foi possível determinar o nível de habilitações literárias de um dos participantes da presente amostra. Ao nível da situação profissional, verificou-se uma maior prevalência

de empregado/trabalhador-estudante (n= 23, 62.2%), seguido de reformado (n=6, 16.2%), desempregado (n=4, 10.8%), e em menor número, estudante (n=3, 8.1%).

Considerando o tipo de crime principal pelo qual os indivíduos da amostra foram condenados, o Abuso Sexual de Crianças demonstrou ser o mais prevalente (n=18, 48.6%), seguido de Pornografia de Menores (n= 11, 29.7%), Violação (n=4, 10.8%), Atos Sexuais com Adolescentes (n= 3, 8.1%), e, por fim, Coação Sexual (n=1, 2.7%). O tipo de crime principal dos participantes foi decidido a partir do número de crimes sexuais pelos quais foram condenados e que se encontravam nos acórdãos de decisão judicial. Nos casos em que o número de crimes era igual, procedeu-se à consulta do Código Penal e decidiu-se que o principal seria aquele com a moldura penal mais gravosa. 6 participantes tinham condenações adicionais por outros crimes sexuais, tais como pornografia de menores, importunação sexual, coação sexual e atos sexuais com adolescentes; e 4 participantes foram condenados, adicionalmente, por outros crimes não sexuais, como Violência Doméstica, Furto, Ameaça e Devassa da Vida Privada. A média de crimes sexuais pelos quais os participantes foram condenados é de 42.89 (DP= 188.93), variando entre 1 e 1095.

A maioria dos ofensores encontrava-se a cumprir uma Suspensão de Execução de Pena com Regime de Prova (n= 32, 86.5%), e, em menor número, Liberdade Condicional (n=5, 13.5%). A duração média era de 42.54 meses, sendo que variava entre 6 e 156 meses. A maior parte das regras de conduta consistiam na sujeição à obrigação judicial de acompanhamento psicológico/psiquiátrico/sexologia clínica (n= 17, 45.9%), seguido de Elaboração do Plano de Reinserção Social, caso em que as regras de conduta podiam ser definidas pelos técnicos das equipas de reinserção social que acompanhavam as medidas; e outras condições que não implicam a frequência em acompanhamento psiquiátrico ou frequência de programas para agressores sexuais (e.g., pagamento de indemnização, afastamento das vítimas) (n=14, 37.8%). Em 3 casos (8.1%) estava presente a obrigação judicial de frequência de programas para agressores sexuais e de acompanhamento psicológico/psiquiátrico, e apenas em 1 caso (2.7%) estava unicamente presente a obrigação judicial de frequência de programas.

Para o cumprimento dos objetivos deste estudo, os participantes foram distribuídos em dois grupos: Ofensores Sexuais de Menores com contacto (n=26, 70.3%) e Pornografia de Menores (n= 11, 29.7%). No grupo de Pornografia de Menores foram incluídos os ofensores com condenações por crimes relacionados com pornografia de

menores e apenas crimes que ocorreram no espaço *online*, isto é, crimes sem contacto físico com as vítimas. No grupo de Ofensores Sexuais de Menores com contacto foram incluídos indivíduos que, apesar de também poderem ter condenações por pornografia de menores, cometeram crimes que envolveram contactos sexuais físicos com as vítimas.

### **Instrumentos**

**Bumby MOLEST Scale (Bumby, 1996, traduzido e adaptado por Baúto, Cardoso & Leal, 2014).** Consiste numa medida de autorrelato de 33 itens com uma lista de afirmações relacionadas com as distorções cognitivas de crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual. As respostas são dadas através de uma escala de *Likert* de 4 pontos (1= Discordo Fortemente a 4= Concordo Fortemente). A pontuação total pode variar entre 33 e 132, pelo que as respostas são calculadas numa pontuação final em que resultados mais elevados indicam mais justificações, minimizações, racionalizações e desculpas para o cometimento de atividades sexuais com crianças (Bumby, 1996). As propriedades psicométricas da versão original (Bumby, 1996) e da versão adaptada para a população portuguesa (Baúto, Cardoso & Leal, 2021) conferem uma excelente consistência interna ( $\alpha = .97$  e  $\alpha = .94$ , respetivamente). No presente estudo, escala total MOLEST Scale confere uma excelente consistência interna ( $\alpha = .919$ ).

**Barratt Impulsiveness Scale (Patton et al., 1995, versão para investigação desenvolvida para português europeu por Cruz & Barbosa, 2012).** A BIS-11 é uma escala de autorrelato composta por 30 itens que avaliam manifestações de impulsividade (Brito-Costa, Almeida & Lopes, 2019; Patton et al., 1995). Especificamente, os indivíduos devem ler cada um dos itens que descrevem formas habituais de agir, considerando o seu próprio comportamento e classificá-lo de acordo com uma escala tipo *Likert* de quatro pontos em que: 1- Nunca ou Raramente; 2- Ocasionalmente; 3- Frequentemente; 4- Quase sempre/sempre. A pontuação total da escala varia entre 30 a 120 pontos, sendo que resultados mais elevados apontam para maior presença de comportamentos impulsivos (Brito-Costa et al., 2019). Para além da BIS-11 permitir ter acesso a um resultado global, permite calcular resultados parciais relativos aos três fatores de 1ª ordem constituintes da impulsividade e aos fatores de 2ª ordem (Brito-Costa et al., 2019; Patton et al., 1995). Os fatores de 1ª ordem são denominados de

Impulsividade Atencional, Impulsividade Motora e Não-planeamento; os fatores de 2ª ordem consistem nos seguintes: Atenção Psicológica, Instabilidade Cognitiva, Motora, Perseverança, Autocontrole, e Complexidade Cognitiva. Cerca de 10 itens são de cotação invertida.

As propriedades psicométricas da versão original (Patton et al., 1995) e da versão portuguesa (Brito-Costa et al., 2019) demonstram uma razoável consistência interna ( $\alpha = .82$  e  $\alpha = .762$ , respetivamente), que na versão portuguesa não melhorou com a remoção de qualquer item. No presente estudo, optou-se pela exclusão do item 14 para melhorar a consistência interna das subescalas Impulsividade Motora ( $\alpha = .623$ ) e Autocontrole ( $\alpha = .644$ ). A consistência interna da escala total foi satisfatória com todos os itens ( $\alpha = .775$ ). As restantes subescalas apresentaram alfas de Cronbach inaceitáveis para análise - Atenção Psicológica ( $\alpha = .426$ ), Instabilidade Cognitiva ( $\alpha = .404$ ), Perseverança ( $\alpha = -.348$ ), e Complexidade Cognitiva ( $\alpha = .500$ ) – pelo que não serão utilizadas na análise de resultados do presente estudo

**UCLA Loneliness Scale (Russell, Peplau, & Cutrona, 1980, adaptada por Neto, 1992).** A versão portuguesa do instrumento compreende uma escala de autorrelato de 18 itens que são cotados de 1 a 4 (1 – Nunca; 2 – Raramente; 3- Algumas vezes; 4- Muitas vezes). A presente escala é estruturada da seguinte forma: Fator 1 (Isolamento/Retraído); Fator 2 (Social com os Outros); Fator 3 (Partilha com os Outros); Fator 4 (Ausência de Afiliação); e Fator 5 (Ausência de Intimidade).

As propriedades psicométricas da versão original (Russell et al., 1980) e da versão adaptada para a população portuguesa (Neto, 1992) conferem uma boa/excelente consistência interna ( $\alpha = .94$  e  $\alpha = .87$ , respetivamente). No presente estudo, inicialmente, o Fator 1 (Isolamento/Retraído) apresentou um valor alfa de Cronbach considerado inaceitável ( $\alpha = .454$ ), pelo que se optou pela remoção do item 4, para melhoria do valor de alfa ( $\alpha = .693$ ), tornando o mesmo aceitável para as análises. Para além do Fator 1, no presente estudo utilizaremos apenas o Fator 2 (Social com os Outros) ( $\alpha = .706$ ), uma vez que nos restantes não foi possível alcançar valores de alfa aceitáveis ( $\alpha_{\text{Fator 3}} = .564$ ,  $\alpha_{\text{Fator 4}} = .010$ ,  $\alpha_{\text{Fator 5}} = .471$ ,  $\alpha_{\text{Total}} = .341$ ).

**Questionário de Empatia Afetiva e Cognitiva (Reniers, Corcoran, Drake, Shryane, & Vollum, 2011, adaptado para a população portuguesa por Queirós, Fernandes, Reniers, Sampaio, Coutinho, & Seara-Cardoso, 2018).** A versão portuguesa consiste num questionário com 30. Os participantes têm de cotar até que ponto concordam com as afirmações presentes nos itens, recorrendo a uma escala tipo *Likert* de 4 pontos: 1- Discordo Fortemente, 2- Discordo Ligeiramente, 3- Concordo Ligeiramente, 4- Concordo Fortemente (Queirós et al., 2018; Reniers et al., 2011).

A dimensão de empatia afetiva é subdividida em Contágio Emocional; Responsividade Proximal; e Responsividade Periférica (Queirós et al., 2018). A dimensão de empatia cognitiva é subdividida em Tomada de Perspetiva e Estimulação *Online* (Queirós et al., 2018). Há 3 itens com cotação invertida. A soma dos resultados das subescalas para tomada de perspetiva e simulação online fornece um resultado para a dimensão de empatia cognitiva, ao passo que a soma dos resultados das subescalas contágio emocional, responsividade proximal, e responsividade periférica fornece um resultado para a dimensão de empatia afetiva. A soma dos resultados das subescalas de empatia cognitiva e afetiva fornece o resultado total da escala.

Na versão portuguesa, os alfas de Cronbach das subescalas e da escala total variavam entre .62 e .87, ao passo que as dimensões de empatia cognitiva e afetiva apresentavam  $\alpha$  de .87 e .80, respetivamente (Queirós et al., 2018), o que significa que a versão portuguesa apresenta uma boa consistência interna. No presente estudo, não se utilizará para análise de dados a subescala “Contágio Emocional” devido ao valor inaceitável do alfa de Cronbach ( $\alpha = .382$ ). As restantes escalas apresentam valores alfa aceitáveis para análise ( $\alpha_{\text{Responsividade Proximal}} = .641$ ;  $\alpha_{\text{Responsividade periférica}} = .594$ ;  $\alpha_{\text{Tomada de Perspetiva}} = .797$ ;  $\alpha_{\text{Estimulação Online}} = .750$ ;  $\alpha_{\text{Empatia Cognitiva}} = .849$ ;  $\alpha_{\text{Total}} = .855$ ).

**Wilson ‘Sex Fantasy Questionnaire (Wilson, 1978, adaptado por Saramago & Cardoso, 2017).** Esta escala consiste em 40 itens, 10 por cada quatro subescalas (Exploratórias, Íntimas, Impessoais e Sodomasoquistas) (Saramago et al., 2017). Para cada fantasia, os participantes devem indicar a frequência com que têm cada fantasia sexual, numa escala tipo *Likert* de 0 a 5 (0 – Nunca, 1- Raramente, 2- Ocasionalmente, 3- Poucas vezes, 4- Algumas vezes, 5- Muitas vezes) (Saramago et al., 2017). O resultado global da escala é calculado através da soma de todos os itens (Saramago et al., 2017).

As subescalas do instrumento consistem nas seguintes: Fantasias de Intimidade/Fantasias Íntimas que envolve, por exemplo, beijar e fazer amor com o companheiro Fantasias Exploratórias, que consiste em exemplos como participar numa orgia ou trocar de companheiro; Fantasias de Sedução, subescala relacionada com o facto do individuo ter relações sexuais com estranhos utilizar vibradores ou pornografia; e Fantasias BDSM, que envolve o recurso à força ou a humilhação.

A versão portuguesa apresentou uma boa confiabilidade numa amostra comunitária ( $\alpha = .71- .85$ ; Saramago et al., 2017) e, também, numa amostra forense ( $\alpha = .69- .90$ ; Saramago, 2018). Todos os fatores apresentam uma boa consistência interna ( $\alpha_{\text{exploratórias}} = .84$ ;  $\alpha_{\text{intimidade}} = .85$ ;  $\alpha_{\text{BDSM}} = .78$ ;  $\alpha_{\text{sedução}} = .71$ ), assim como o resultado do questionário ( $\alpha = .87$ ) (Saramago et al., 2017). No presente estudo, apenas o Fator Fantasias de Sedução é apresentou um valor alfa de Cronbach abaixo do razoável para análise estatística ( $\alpha = .528$ ), pelo que não foi usado na análise de resultados. Os restantes Fatores e Escala Total apresentaram uma boa consistência interna ( $\alpha_{\text{Fantasias de Intimidade}} = .885$ ;  $\alpha_{\text{Fantasias Exploratória}} = .833$ ;  $\alpha_{\text{Fantasias BDSM}} = .652$ ;  $\alpha_{\text{Total}} = .936$ ).

**Grelha de Consulta de Dossiês de Pessoa.** Para a caracterização da amostra de ofensores em medidas de execução na comunidade, foi elaborada uma grelha com o objetivo de auxiliar na recolha de informação objetiva dos respetivos dossiês de pessoa. A grelha apresenta os seguintes parâmetros: Idade Atual, Idade à Data dos Factos, Estado Civil Atual, Estado Civil Atual, Situação Conjugal, Habilitações Literárias, Situação Profissional, Antecedentes Criminais por Crimes Sexuais ou Outros, História Criminal, Crime Sexual Atual, Condenações Anteriores, Sentença Atual, Regras de Conduta, Duração da Sentença, Idade das Vítimas, Relação com as Vítimas, Sexo das Vítimas.

### **Procedimento**

Os dados foram recolhidos no contexto de supervisão de penas e medidas de execução na comunidade, em Equipas de Reinserção Social da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais e na Associação “O Companheiro”, após deferimento foram obtidas as respetivas autorizações. Foram realizadas três aplicações dos instrumentos na Associação “O Companheiro” e 34 nas respetivas Equipas de Reinserção Social.

Primeiramente, foi solicitado o consentimento informado para a participação no estudo, seguidamente, foi aplicado um protocolo com cinco questionários de autorrelato que avaliam as características psicológicas mencionadas na revisão de literatura: distorções cognitivas, impulsividade, déficits de empatia (cognitiva e afetiva), déficits de intimidade, fantasias sexuais desviantes. Ademais, procedeu-se à recolha de dados sociodemográficos e da história criminal com a consulta, autorizada, dos dossiês de pessoa das Equipas de Reinserção Social.

Este estudo foi autorizado pela Comissão de Ética do Instituto Universitário Egas Moniz. A privacidade e confidencialidade dos dados recolhidos foi assegurada (não existiu nenhum elemento identificador do participante, apenas um código).

### **Análise de dados**

As análises estatísticas foram realizadas com o software SPSS.27.

### ***Tratamento de dados omissos***

Para efeito de cálculo dos somatórios das pontuações, nos itens com resposta omissa foi atribuída a média das respostas de cada participante. Dois participantes apresentaram pelo menos uma resposta omissa na escala UCLA, 10 tinham pelo menos uma resposta omissa no BIS-11, cinco participantes têm pelo menos uma resposta omissa no QEAC, oito no MS e, por fim, 10 no SFQ. Nos questionários QEAC e MS observaram-se participantes com mais de 50% de omissos, pelo que se optou por excluir estes participantes de todas as análises com estes instrumentos.

### ***Testes estatísticos***

A utilização de testes de comparação de médias foi sempre precedida de testes à normalidade da distribuição das variáveis dependentes nas duas amostras em comparação. Para o efeito, recorreu-se ao teste de normalidade Shapiro-Wilks, uma vez que ambas as amostras eram de pequena dimensão.

Com base na verificação, ou não, do pressuposto da normalidade da distribuição dos dados, utilizou-se o teste t-Student ou a alternativa não-paramétrica, Teste Mann-Whitney, respetivamente.

Quando as variáveis em estudo eram qualitativas (e.g., Habilitações Literárias, Estado Civil), utilizou-se Teste de independência do Qui-Quadrado.

A significância estatística foi determinada com valores  $p$  inferiores a 0,05, admitindo-se valores até 0,08 como marginalmente significativos (e.g., Olsoon-Collentine et al., 2019).

## Resultados

## Caracterização sociodemográfica dos ofensores sexuais de menores com contacto e dos ofensores de pornografia de menores

*Características sociodemográficas***Tabela 1.**

Análises descritivas e comparativas das características sociodemográficas dos ofensores sexuais de menores com contacto e dos ofensores de pornografia de menores

		Ofensores Sexuais de Menores com contacto (n= 26)	Pornografia de Menores (n= 11)	
		<i>M(DP)</i>	<i>M(DP)</i>	
<b>Idade (à data dos factos)</b>		42.58 (18.18)	29.82 (13.09)	$U= 77.00,$ $p= 0.28$
		<b>N (%)</b>	<b>N (%)</b>	
<b>Estado Civil (à data dos factos)</b>	Solteiro	8 (30.8%)	7 (63.6%)	
	União de Facto/Casado	15 (57.7%)	4 (36.4%)	$X^2 (2) =$ $2.51, p=$ .113
	Divorciado	0 (0%)	0 (0%)	
	Viúvo	3 (11.5%)	0 (0%)	
<b>Estado Civil (à data da recolha de dados)</b>	Solteiro	11 (42.3%)	6 (54.5%)	$X^2(2) =$ .414, $p=$ .520
	União de Facto/Casado	12 (46.2%)	4 (36.4%)	
	Divorciado	0 (0%)	1 (9.1%)	
	Viúvo	3 (11.5%)	0 (0%)	
<b>Habilitações literárias</b>	1º + 2º ciclos			$X^2 (2) =$ $3.76, p=$ .153
	3º ciclo + Ensino Secundário + Ensino Superior	15 (57.7%)	3 (27.3%)	
		10 (38.5%)	8 (72.7%)	
<b>Situação profissional*</b>	Empregado	16 (61.5%)	7 (63.6%)	
	Reformado	6 (23.1%)	0 (0%)	

Desempregado	3 (11.5%)	1 (9.1%)	-
Estudante	1 (3.8%)	2 (18.2%)	
Outro	0 (0%)	1 (9.1%)	

\*Não foi realizado teste estatístico devido à baixa dimensão de participantes em algumas categorias, não sendo substantivamente possível reagrupar as categorias da variável.

Como se pode observar na Tabela 1, a idade dos agressores sexuais de menores, ou denominados de agressores sexuais de contacto, variava à data dos factos entre os 18 e os 70 anos ( $M= 42.58$ ,  $DP= 18.18$ ). Em termos do estado civil à data dos factos, a maioria encontrava-se na condição de União de Facto ou Casados (57.7%) e permanecia nessa condição à data da recolha dos dados (46.2%). Relativamente às habilitações literárias, assistiu-se a uma prevalência de ensino primário (57.7%). Em termos da situação profissional, assistiu-se à prevalência da categoria Empregado (61.5%).

A idade dos indivíduos condenados por crimes de pornografia de menores variava, à data dos factos, entre os 16 e os 49 anos ( $M= 29.82$ ,  $DP= 13.01$ ) (Tabela 1). A maioria encontrava-se na condição de solteiro (63.6%) e assim, permanecia à data da recolha dos dados (54.5%). Observa-se a prevalência de habilitações literárias ao nível do 3º ciclo, ensino secundário e superior (72.7%) e uma maioria de ofensores empregados (63.6%).

Com base nos resultados expostos na Tabela 1, apenas se verificou diferenças estatisticamente significativas entre os grupos de comparação ao nível da idade à data dos factos ( $z= -2,195$ ,  $p= .028$ ), sendo que os indivíduos condenados por pornografia de menores tendiam ter uma média mais baixa ( $M= 29.82$ ,  $DP=13.09$ ) quando comparados com os abusadores sexuais de menores ( $M= 42.58$ ,  $DP= 18.18$ ).

## Caracterização e comparação jurídico-penal dos ofensores sexuais de menores com contacto e dos ofensores de pornografia de menores

**Tabela 2.**

Análises descritivas e comparativas das características jurídico-penais dos ofensores sexuais de menores com contacto e dos ofensores de pornografia de menores

		<b>Ofensores Sexuais de Menores com contacto (n= 26)</b>	<b>Pornografia de Menores (n= 11)</b>	
		<b>N (%)</b>	<b>N (%)</b>	
<b>Antecedentes criminais por crimes não sexuais</b>	Sim	2 (7.7%)	1 (9.1%)	
	Não	23 (88.5%)	10 (90.9%)	
<b>Antecedentes criminais por crimes sexuais</b>	Sim	3 (11.5%)	2 (18.2%)	
	Não	22 (84.6%)	9 (81.8%)	
<b>Condenações anteriores</b>	Sim	5 (19.2%)	3 (27.3%)	
	Não	20 (76.9%)	8 (72.7%)	
<b>Relação vítima-agressor**</b>	Intrafamiliar	8 (30.8%)	-	
	Extrafamiliar conhecida	15 (57.7%)	-	
	Extrafamiliar desconhecida	2 (7.7%)	-	
	Intra e Extrafamiliar	1 (3.8%)	-	
<b>Idade da(s) vítima(s)</b>	Crianças (Até aos 13 anos)	17 (65.4%)	8 (72.7%)	X <sup>2</sup> (2) = .190, p= .663
	Adolescentes + Misto (Crianças e Adolescentes)	9 (34.6%)	3 (27.3%)	

<b>Sexo das vítimas***</b>	Feminino	24 (92.3%)	6 (75.0%)	X <sup>2</sup> (2) = 1,765, p= .184
	Masculino	2 (7.7%)	2 (25.0%)	

\* Não se verificaram condições para proceder à aplicação do Teste Qui-Quadrado devido à baixa dimensão de participantes em algumas categorias, não sendo substantivamente possível reagrupar as categorias da variável; 1 caso sem informação.

\*\*No grupo de Pornografia de Menores não se considera a existência de uma relação prévia entre vítima(s) e agressor(es) devido à natureza do crime (e.g., imagens e vídeos web)

\*\*\* 3 casos sem informação.

Como mostra a Tabela 2, a maioria dos ofensores sexuais de menores com contacto não tinha antecedentes criminais, seja por crimes não sexuais (90.9%) ou sexuais (88.5%). Apenas 5 tinham condenações anteriores (19.2%). Em termos de relação vítima-agressor, observou-se a prevalência de vítima(s) extrafamiliar conhecida(s) (57.7%). Assistiu-se, ainda, a uma prevalência de preferência por crianças (idades até aos 13 anos) (65.5%) e a uma preferência pelo sexo feminino (92.3%).

A maioria dos ofensores sexuais condenados por pornografia de menores também não tinha antecedentes por crimes não sexuais (84.6%) ou sexuais (81.8%). Apenas 3 ofensores (27.3%) tinham condenações anteriores. Ao nível da faixa etária da(s) vítima(s), 72.7% dos casos preferiam crianças (idades até aos 13 anos) e 75.0 % preferiam vítimas do sexo feminino (Tabela 2).

### Caracterização e comparação psicológica dos ofensores sexuais de menores com contacto e dos ofensores de pornografia de menores

**Tabela 3.**

Análises descritivas e comparativas das características psicológicas dos ofensores sexuais de menores com contacto e dos ofensores de pornografia de menores

	<b>Ofensores Sexuais de Menores com contacto (n= 26)</b>			<b>Pornografia de Menores (n= 11)</b>			
	<b>N</b>	<b>M(DP)</b>	<b>Min. e Max.</b>	<b>N</b>	<b>M(DP)</b>	<b>Min. e Max.</b>	
<b>Fator 1 (UCLA)</b>	26	10.15 (3.28)	Min. = 6 e Max. =18	11	8.91 (2.84)	Min.= 6 e Max.= 16	NS U= 108.50, p= .256

<b>Fator 2 (UCLA)</b>	26	13.65 (2.39)	Min. = 7 e Max. = 16	11	14.15 (1.37)	Min.= 12 e Max.= 16	NS U= 162.50, p= .523
<b>Impulsividade e Motora (BIS-11)</b>	26	11.38 (3.13)	Min.= 8 e Max.= 20	11	13.00 (3.26)	Min.= 8 e Max.= 20	NS U= 192, p= .108
<b>Autocontrole (BIS-11)</b>	26	12.08 (3.02)	Min.= 8 e Max. = 19	11	13.45 (1.86)	Min.= 10 e Max.= 16	NS t (35) = - 1,688, p= .102
<b>Total (BIS-11)</b>	26	56.42 (9.71)	Min. = 38 e Max.= 79	11	59.73 (9.87)	Min.= 44 e Max.= 80	NS t (35) = - .947, p= .350
<b>Empatia Afetiva (QEAC)</b>	23	20.91 (3.64)	Min.= 13 e Max.= 28	11	20.55 (3.83)	Min.= 14 e Max.= 26	NS t (32) = .271, p= .788
<b>Responsividade de Proximal (QEAC)</b>	23	13.00 (2.28)	Min.= 8 e Max.= 16	11	12.64 (2.50)	Min.= 9 e Max.= 16	NS t (32) = .422, p= .676
<b>Responsividade de Periférica (QEAC)</b>	23	7.91 (2.37)	Min.= 3 e Max.= 12	11	7.91 (2.39)	Min.= 5 e Max.= 11	NS t (32) = .005, p= .996
<b>Empatia Cognitiva (QEAC)</b>	23	59.39 (8.22)	Min.= 49 e Max.= 76	11	61.18 (8.50)	Min.= 47 e Max.= 73	NS U= 145.50, p= .490
<b>Tomada de Perspetiva (QEAC)</b>	23	30.09 (5.37)	Min.= 22 e Max.= 40	11	32.45 (4.41)	Min.= 21 e Max.= 35	NS U= 160.50, p= .214
<b>Estimulação Online (QEAC)</b>	23	29.30 (3.74)	Min.= 22 e Max.= 36	11	28.73 (5.22)	Min.= 21 e Max.= 35	NS t (32) = .370, p= .714

<b>Total (QEAC)</b>	23	92.26 (11.50)	Min.= 77 e Max.= 115	11	94.55 (11.56)	Min. = 78 e Max.= 109	NS $U= 138.50,$ $p= .663$
<b>MOLEST Scale</b>	25	52.08 (14.07)	Min.= 33 e Max.= 78	11	46.91 (10.18)	Min. = 33 e Max.= 64	NS $t(34) =$ $1,095, p=$ $.281$
<b>Fantasias de Intimidade (SFQ)</b>	26	20.92 (10.86)	Min.= 0 e Max.= 38	11	25.18 (9.88)	Min.= 5 e Max.= 35	NS $t(35) = -$ $1,118, p=$ $.271$
<b>Fantasias Exploratórias (SFQ)</b>	26	6.88 (6.04)	Min. = 0 e Max.= 19	11	9.00 (8.37)	Min.= 0 e Max.= 22	NS $U= 162.50,$ $p= .523$
<b>Fantasias BDSM (SFQ)</b>	26	2.19 (3.29)	Min.= 0 e Max.= 13	11	5.27 (5.31)	Min.= 0 e Max.= 15	NS $U= 194.50,$ $p= .087$
<b>Total (SFQ)</b>	26	42.65 (26.36)	Min.= 0 e Max.= 95	11	60.18 (34.33)	Min.= 5 e Max.= 107	NS $t(35) = -$ $1,688, p=$ $.100$

**Nota:** Os valores mínimos e máximos expostos nesta tabela correspondem aos valores obtidos na presente amostra

### ***Caracterização psicológica dos ofensores sexuais de menores com contacto***

Como se pode constatar na Tabela 3, os ofensores sexuais com contacto revelaram um resultado médio no Fator 1 da UCLA (défices de intimidade) que se encontra próximo do ponto médio de referência desta subescala ( $M= 10.15, DP=3.28$ ). Por sua vez, considerando o Fator 2, a média de respostas encontrava-se mais próxima do valor máximo possível da subescala. Nenhum dos participantes pontuou o valor mínimo possível tanto no Fator 1 (Min. 5) como no Fator 2 (Min. 4). No Fator 2 (Social com os Outros), verificou-se que alguns participantes pontuaram o valor máximo possível (16). Em relação à subescala Motor do BIS-11 (impulsividade), a média de respostas dos abusadores sexuais de menores aproximava-se mais do valor mínimo possível (7) do que do ponto médio de referência da subescala ( $M= 13.00, DP= 3.26$ ). No âmbito da subescala Autocontrolo, verificou-se que a média de respostas se encontrava entre o

ponto médio de referência da subescala e o valor máximo possível da mesma. Por fim, relativamente à escala total do BIS-11, a média de respostas encontrava-se próxima do ponto médio de referência da subescala ( $M= 56.42$ ,  $DP= 9.71$ ). Nenhum participante pontuou o mínimo e máximo possíveis em cada escala e subescala do BIS-11.

Ao nível da empatia afetiva, a média de respostas dos abusadores sexuais de menores encontrava-se mais próxima do ponto médio de referência da subescala (22). Ao nível da Responsividade Proximal, a média de respostas encontrava-se mais próxima do valor máximo possível da subescala (16); e ao nível da Responsividade Periférica, também, a média de respostas encontrava-se próxima do ponto médio de referência da subescala. Por sua vez, relativamente à dimensão de Empatia Cognitiva, a média de respostas encontrava-se mais próxima do valor máximo possível da subescala (76). Relativamente à subescala Tomada de Perspetiva, a média de respostas dos agressores sexuais de contacto encontrava-se entre o ponto médio de referência e o valor máximo possível da subescala (40); na subescala Estimulação Online, também, as médias se encontravam próximas do valor máximo possível da subescala (36). Por fim, em termos de escala total, a média de respostas dos também, se encontrava próxima do valor máximo possível (120) do instrumento (Tabela 3). Apenas na escala total do QEAC (Min. 30 e Max. 120) e na subescala Empatia Afetiva (Min. 11 e Max. 44) é que nenhum participante pontuou os valores mínimos e máximos possíveis; pelo que prevaleceu uma tendência para as restantes subescalas a pontuação, principalmente, dos valores máximos possíveis (Tabela 3).

Em termos de presença de distorções cognitivas, a média do grupo de agressores sexuais de contacto encontrava-se mais próxima do ponto médio de referência da escala ( $M= 52.08$ ,  $DP= 14.07$ ). Nenhum dos participantes pontuou o valor máximo possível da escala (132) e alguns pontuaram o valor mínimo possível (33). Ao nível da Fantasias de Intimidade, a média de respostas dos participantes inseridos no grupo de abusadores sexuais de menores encontrava-se entre o valor mínimo possível e o ponto médio de referência da subescala ( $M= 20.92$ ,  $DP= 10.86$ ). Ao nível das Fantasias Exploratórias, os participantes apresentavam uma média de respostas próxima do valor mínimo possível (0) da respetiva subescala; e, ainda ao nível das Fantasias BDSM, também a média de respostas se situava próxima do valor mínimo possível (Tabela 3). Por fim, em termos da escala global, a média de respostas dos agressores sexuais de contacto encontrava-se mais próxima do valor mínimo possível ( $M= 42.65$ ,  $DP= 26.36$ ). Em todas as subescalas e escala existiram participantes que pontuaram o

valor mínimo possível (0). No entanto, nenhum pontuou o valor máximo possível (Tabela 3). Relativamente aos dois itens do SFQ que podem explicar o comportamento sexual abusivo (30 e 34), assistiu-se a uma prevalência de respostas negativas, no grupo de ofensores sexuais de menores com contacto, com enfoque na opção “Nunca” tanto no item 30 (53.8%) como no item 34 (76.9%). Não obstante, no item 30, cerca de 5 participantes no grupo de agressores sexuais de contacto escolheram opções positivas, com a resposta “Ocasionalmente” (15.4%) e “Muitas vezes” (3.8%).

### ***Caracterização psicológica dos ofensores de pornografia de menores***

Relativamente ao Fator 1 da UCLA, no grupo de agressores sexuais *online* a média de respostas encontrava-se mais próxima do valor mínimo possível da subescala (M= 8.91, DP= 2.84) (Tabela 3). Considerando o Fator 2, a média de respostas encontrava-se mais próxima do valor máximo possível da subescala. Como se pode constatar na Tabela 3, nenhum dos participantes pontuou o valor mínimo possível tanto no Fator 1 (Min. 5) como no Fator 2 (Min. 4). No Fator 2 (Social com os Outros), verificou-se que alguns participantes pontuaram o valor máximo possível (16).

Em relação à subescala Motor o BIS-11, a média de respostas dos indivíduos condenados por pornografia de menores que se encontrava mais próxima do ponto médio de referência da subescala (M= 13.00, DP= 3.26). No âmbito da subescala Autocontrolo, verificou-se que a média de respostas se encontrava entre o ponto médio de referência da subescala e do valor máximo possível da mesma. Relativamente à escala total do BIS-11, a média de respostas encontrava-se próximo do ponto médio de referência da subescala (M= 59.73, DP= 9.87) (Tabela 3). Nenhum participante pontuou o mínimo e máximo possíveis em cada escala e subescala do BIS-11.

Especificamente ao nível da empatia afetiva, a média de respostas dos indivíduos condenados por pornografia de menores encontrava-se mais próxima do ponto médio de referência da subescala (22). Ao nível da Responsividade Proximal, a média de respostas encontrava-se mais próxima do valor máximo possível da subescala (16); e ao nível da Responsividade Periférica, também, a média de respostas se encontrava próxima do ponto médio de referência da subescala (Tabela 3). Por sua vez, relativamente à dimensão de Empatia Cognitiva, a média de respostas encontrava-se mais próxima do valor máximo possível da subescala (76).

Relativamente à subescala Tomada de Perspetiva, a média de respostas encontrava-se entre o ponto médio de referência e o valor máximo possível da subescala (40); na subescala Estimulação Online, também, a média se encontrava próxima do valor máximo possível da subescala (36) (Tabela 3). Por fim, em termos de escala total, a média de respostas também, se encontrava próxima do valor máximo possível (120) do instrumento. Apenas na escala total do QEAC (Min. 30 e Max. 120) e na subescala Empatia Afetiva (Min. 11 e Max. 44) é que nenhum participante pontuou os valores mínimos e máximos possíveis; pelo que prevaleceu uma tendência para as restantes subescalas a pontuação, principalmente, dos valores máximos possíveis (Tabela 3).

Em termos de presença de distorções cognitivas, a média do grupo de ofensores de pornografia de menores encontrava-se mais próxima do valor mínimo possível ( $M=46.91$ ,  $DP=10.18$ ). Nenhum dos participantes pontuou o valor máximo possível da escala (132). Alguns participantes pontuaram o valor mínimo possível (33).

Ao nível da presença de fantasias sexuais, em todas as subescalas e escala, existiram participantes, principalmente do grupo de ofensores sexuais de menores com contacto, que pontuaram o valor mínimo possível (0), no entanto, nenhum, de ambos os grupos, pontuou o valor máximo possível (Tabela 3).

Especificamente, ao nível das Fantasias de Intimidade, a média de respostas dos participantes inseridos no grupo de “Pornografia de Menores” situava-se mais próxima do ponto médio de referência ( $M=25.18$ ,  $DP=9.88$ ). Ao nível das Fantasias Exploratórias, os participantes apresentavam uma média de respostas próxima do valor mínimo possível (0) da respetiva subescala; e, ainda ao nível das Fantasias BDSM, também a média de respostas se situava próxima do valor mínimo possível (Tabela 3). Por fim, em termos da escala global, a média de respostas dos ofensores de pornografia de menores encontrava-se mais próxima do ponto médio de referência da escala ( $M=60.18$ ,  $DP=34.33$ ).

Em todas as subescalas e escala, existiram participantes que pontuaram o valor mínimo possível (0) e nenhum pontuou o valor máximo possível (Tabela 3). Relativamente aos dois itens do SFQ que podem explicar o comportamento sexual abusivo (30 e 34), no grupo dos agressores sexuais *online* assistiu-se a uma prevalência de respostas negativas, com a opção “Nunca” a prevalecer tanto no item 30 (72.7%) como no item 34 (63.6%). Cerca de três indivíduos neste grupo optaram pela mesma resposta tendencialmente positiva “Poucas vezes” em ambos os itens (18.2% e 9.1%, respetivamente).

### ***Análises comparativas entre grupos de ofensores sexuais***

Relativamente às cinco dimensões em estudo, não se verificou a presença de diferenças estatisticamente significativas entre os grupos de comparação em nenhuma escala e subescala(s) dos instrumentos. Relativamente aos itens 30 e 34 do instrumento SFQ, seguindo a proposta de Baugmanter et al. (2002) e de Bartels et al. (2019), também, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas na média de respostas entre os dois grupos de agressores sexuais ( $p > .05$ ), pelo que a média das respostas dos dois grupos de ofensores sexuais encontrava-se próxima do valor mínimo (0).

### **Correlações entre as dimensões psicológicas em cada grupo de ofensores sexuais**

**Tabela 4.**

*Correlações de Pearson entre os resultados dos instrumentos de avaliação psicológica em cada grupo de ofensores sexuais*

Correlações	Ofensores Sexuais de Menores com contacto (N = 26)	Pornografia de Menores (N = 11)
QEACxBIS	<b>-.451*</b>	Ns
SFQxEO	Ns	<b>-.627*</b>
F1xTP	<b>-.510*</b>	Ns
AxRPro	Ns	<b>-.605*</b>
F1xM	<b>.505**</b>	Ns
F2xEC	<b>.489*</b>	Ns
F2xEA	Ns	<b>.673*</b>
F2xTP	<b>.644**</b>	Ns
ECxFI	Ns	<b>-.620*</b>
EOxFI	Ns	<b>-.678*</b>
EOxFBDSM	Ns	<b>-.610*</b>
EOxSFQ	Ns	<b>-.627*</b>
BISxEC	<b>-.538**</b>	Ns
BISxTP	<b>-.535**</b>	Ns
BISxEO	<b>-.422*</b>	Ns

BISxQEAC	- .451*	Ns
BISxF1	.589**	Ns
BISxF2	-.478**	Ns

**Nota:** F1 – Fator 1 (UCLA), F2 – Fator 2 (UCLA), M – Motor (BIS-11), A – Autocontrolo (BIS-11), BIS – Escala Total, EA – Empatia Afetiva (QEAC), RPro – Responsividade Proximal (QEAC), RPer – Responsividade Periférica (QEAC), EC – Empatia Cognitiva (QEAC), TP- Tomada de Perspetiva (QEAC), EO – Estimulação Online (QEAC), QEAC – Escala Toral, MS – MOLEST Scale, FI – Fantasias de Intimidade (SFQ), FE – Fantasias Exploratórias (SFQ), FBDSM – Fantasias BDSM (SFQ), SFQ – Escala total; NS – Não significativo

As correlações que não foram significativas em nenhum dos grupos não são apresentadas nesta tabela.

\* $p > 0.05$

\*\*  $p > 0.01$

Como se pode observar, no grupo de agressores se contacto observaram-se correlações significativas entre o Fator 1 (UCLA) e Motor do BIS-11 ( $r = .505, p = .009$ ); entre Fator 1 da UCLA e Tomada de Perspetiva do QEAC ( $r = -.510, p = .013$ ); entre o Fator 2 da UCLA e Empatia Cognitiva do QEAC ( $r = .489, p = .018$ ); entre o Fator 2 da UCLA e a escala total do BIS-11 ( $r = -.478, p = .018$ ); entre Motor do BIS-11 e Responsividade Periférica do QEAC ( $r = .463, p = .017$ ); entre Autocontrolo do BIS-11 e Responsividade Periférica do QEAC ( $r = .557, p = .003$ ); entre Autocontrolo do BIS-11 e Empatia Cognitiva ( $r = -.417, p = .048$ ); entre BIS-Total e Responsividade Periférica do QEAC ( $r = .798, p = .000$ ); e entre BIS-Total e Tomada de Perspetiva do QEAC ( $r = -.535, p = .009$ ).

No grupo da pornografia de menores observaram-se correlações significativas entre Empatia Afetiva do QEAC e Fator 2 da UCLA ( $r = .673, p = .023$ ); Empatia Cognitiva do QEAC e Fantasias de Intimidade do SFQ ( $r = -.620, p = .042$ ), Estimulação Online do QEAC e Fantasias de Intimidade do SFQ ( $r = -.610, p = .022$ ), Estimulação Online do QEAC e escala total do SFQ ( $r = -.627, p = .039$ ).

Tal como se pode observar na Tabela 4, interessantemente, nenhum dos grupos obteve resultados em comum, sendo que quando uma correlação era significativa num grupo não o era no outro. Por outras palavras, desta análise obteve-se resultados “em espelho”.

## **Discussão**

O presente estudo tinha como objetivo contribuir para a compreensão das características psicológicas presentes em agressores ofensores que cometeram crimes sexuais contra abuso sexual de crianças e adolescentes (crimes de contacto) e agressores ofensores que cometeram crimes de pornografia de menores (sem outros crimes de contacto). De um modo geral, os resultados deste estudo parecem demonstrar mais semelhanças do que diferenças entre estes grupos. Este padrão de semelhança já ocorreu em alguns estudos prévios (e.g., Neutze et al., 2011; Parton & Day, 2002), pese embora a literatura também encontre resultados contrários.

É de notar que os resultados referentes a características sociodemográficas, em termos gerais, tendem a ser idênticos aos da literatura internacional, como é o caso da média de idades, nomeadamente à data dos factos, em que os agressores sexuais *online* tendem a ser mais jovens do que os ofensores sexuais de menores com contacto (e.g., Babchishin et al., 2015; Neutze et al., 2011; Webb et al., 2008); estado civil, com maior prevalência da condição de solteiro em agressores sexuais *online* e de união de facto/casados em ofensores sexuais de menores de contacto, que corrobora a afirmação que os abusadores sexuais encontram-se envolvidos em relações mais estáveis do que os agressores condenados por pornografia de menores (e.g., Sotoca-Plaza et al., 2020). Não obstante, em termos da situação profissional, com a prevalência de empregado em ambos grupos de comparação, os resultados refutam a noção de que agressores sexuais *online* têm maiores probabilidades de estarem empregados quando comparados com os agressores sexuais de contacto (e.g., Babchishin et al., 2015; Neutze et al., 2011). Em termos dos dados jurídico-penais, o número residual de casos com antecedentes criminais por crimes sexuais e/ou não sexuais e com condenações anteriores não corrobora a noção de que os ofensores sexuais de menores com contacto apresentem maiores probabilidades de terem antecedentes criminais (e.g., relacionados com drogas e álcool) (e.g., Osbourne & Christensen, 2020), incluindo outros crimes de natureza sexual (e.g., com vítimas adultas) quando comparados com ofensores sexuais condenados por crimes relacionados com pornografia de menores (Ly et al., 2018). Em termos de vitimologia, interessantemente, os dados tendem a ser idênticos aos da literatura internacional, como é o caso da relação vítima(s) – agressor no grupo de ofensores sexuais de menores com contacto, com a prevalência de “Extrafamiliar conhecida” o que corrobora os dados apresentados por Beech et al. (2012). Uma

possível explicação é a de que os participantes podem encontrar-se mais interessados, ou talvez sintam menos repulsa sexualmente, pelo abuso sexual de crianças extrafamiliares do que propriamente pelo contacto sexual intrafamiliar (Paquette & Cortoni, 2021). Por sua vez, relativamente ao grupo de ofensores sexuais condenados por pornografia de menores, verifica-se uma prevalência de visionamento de imagens e vídeos *web* com crianças (até aos 13 anos), sendo que as mesmas tendem a ser maioritariamente do sexo feminino. De facto, o *Canadian Centre for Child Protection* (2016) estima que a maioria do material pornográfico envolve crianças do sexo feminino assim como crianças com menos de 12 anos (CCCP, 2016).

### **Déficits de intimidade**

De forma geral, os resultados demonstram uma prevalência de baixos níveis relativamente à sensação de isolamento/retraído e de níveis elevados relativamente à auto percepção dos participantes em termos de serem sociais com outras pessoas (intimidade social). As médias obtidas neste estudo não são consistentes com resultados de estudos prévios, em que a média das escalas e subescalas da UCLA tendem a demonstrar níveis mais elevados de solidão/isolamento, tanto em ofensores sexuais de menores com contacto como em consumidores de pornografia de menores (e.g., Elliott et al., 2009, 2013; Gillespie et al., 2018; Neutze et al., 2011). No estudo de Bumby e Hansen (1997), a média de intimidade social é mais baixa para abusadores sexuais que tiveram contacto com a(s) vítima(s), o que não é consistente com a tendência de níveis elevados demonstrada neste estudo. Os resultados também não são consistentes com estudos prévios que constataram que os indivíduos condenados por pornografia de menores apresentam níveis mais elevados de solidão emocional do que ofensores sexuais de menores com contacto (Bates & Metcalf, 2007).

A não existência de diferenças estatisticamente significativas entre agressores sexuais de contacto e não-contacto relativamente à experiência de solidão vai ao encontro dos resultados de Armstrong e Mellor (2013), Elliott et al. (2009, 2013) e de Neuze et al. (2011).

### **Impulsividade**

De uma forma geral, a presente amostra de agressores sexuais apresenta uma prevalência de baixos níveis de impulsividade motora e níveis baixos a moderados de autocontrolo; em termos de impulsividade em geral, os participantes apresentam uma

prevalência de níveis moderados. Estes dados não são consistentes com os da literatura internacional. Por exemplo, ao nível da impulsividade geral, Martinez-Caetana et al. (2017) apresentam uma média da amostra global de ofensores sexuais mais baixa do que a do presente estudo, demonstrando a prevalência de níveis baixos a moderados. No entanto, é interessante perceber que num estudo português (Saramago et al., 2020), numa amostra global de agressores sexuais a cumprirem penas privativas de liberdade, os participantes apresentam uma média de respostas à escala global BIS-11 muito próxima à deste estudo, pelo que se pode interpretar que estes valores moderados sejam consistentes ou até uma característica específica entre esta população forense portuguesa. Especificamente, os dois grupos de agressores sexuais tendem a apresentar uma prevalência de níveis baixos a moderados relativamente à impulsividade motora e níveis moderados relativamente à capacidade de autocontrolo. Ademais, em termos de impulsividade geral, os agressores sexuais de crianças apresentam níveis baixos a moderados e os agressores sexuais condenados por pornografia de menores apresentam níveis mais moderados. Em termos da subescala Motor, a média de respostas não é consistente com os resultados de Elliott et al. (2009) em que, tanto os abusadores sexuais de contacto como *online*, apresentam uma tendência para valores elevados. Não foram encontrados estudos que apenas utilizassem a subescala Autocontrolo, uma vez que as limitações verificadas neste estudo não foram verificadas na literatura internacional.

As comparações dos grupos baseadas nas respostas aos itens das respetivas subescalas e escala total falharam em distinguir agressores sexuais de contacto e *online*, pelo que não se verificam diferenças significativas, o que, interessantemente, corrobora algumas constatações prévias de que estes dois grupos de ofensores sexuais não diferem em termos de impulsividade, procura de sensações e tolerância à frustração (Houtepen et al., 2014). Contudo, não foi possível verificar a presença de impulsividade cognitiva, mais associada a agressores sexuais de contacto (Elliott et al., 2009, 2013). Por sua vez, Elliott et al. (2009, 2013) constataam que os agressores sexuais condenados por crimes relacionados com pornografia infantil apresentam níveis mais elevados de impulsividade motora, o que não foi demonstrado no presente estudo.

A escala BIS-11, em outros países, tem sido muito utilizada nas populações forenses (Stanford et al., 2009).

No entanto, é muito sensível às diferenças entre os níveis de agressão; por exemplo, ofensores violentos apresentam pontuações mais elevadas no BIS-11 do que ofensores condenados por crimes não-violentos (Smith, Waterman, & Ward, 2006, citados por Stanford et al., 2009). Em Portugal, os estudos apenas validam o instrumento para a população adulta em geral (Brito-Costa et al., 2019), adolescentes (Pechorro et al., 2017) ou delinquentes juvenis (Pechorro et al., 2015). Até à presente data, não existe algum estudo da aplicação do BIS-11 a populações forenses adultas.

### **Empatia cognitiva e afetiva**

Relativamente a esta dimensão psicológica, os ofensores sexuais da presente amostra tendem a apresentar valores moderados a elevados nas respetivas subescalas e escala total do instrumento. Por outras palavras, os participantes da presente amostra apresentam uma prevalência de níveis mais elevados relativamente à capacidade de terem alterações do estado emocional provocadas através da perceção dos sentimentos e estado de humor de alguém próximo, assim como relativamente à capacidade de empatia afetiva, de inferir algo a partir da perspetiva dos outros, na capacidade de um individuo se imaginar na situação do outro e, a partir daí, é capaz de inferir acerca do seu estado emocional (e.g., colocar-se no sapato do outro, de empatia cognitiva. Ademais, tendem a apresentar, também, níveis moderados a elevados relativamente à capacidade de terem uma resposta emocional que emerge em resposta a contextos sociais que estão mais afastados, em termos sociais, do sujeito (e.g., sentir as emoções de um personagem). Especificamente, em termos de empatia afetiva e cognitiva em geral, ambos os grupos de agressores sexuais deste estudo apresentam níveis elevados; ao nível de empatia afetiva, apresentam níveis moderados, e níveis elevados nas dimensões que compõem as características de empatia afetiva. Em termos de empatia cognitiva, os agressores sexuais de contacto e os agressores sexuais online apresentam níveis moderados a elevados; assim como nas dimensões que caracterizam este tipo de empatia. Não parece existirem estudos que utilizem o QEAC em agressores sexuais, apesar de ser ressalvada a importância de analisar estas duas componentes de empatia nesta população forense específica.

Mais uma vez, não se verificam diferenças significativas entre os dois grupos de ofensores sexuais, o que, interessantemente, corrobora os resultados encontrados por Neutze et al. (2011). No entanto, tendem a não ser consistentes com as afirmações de Morrow (2020) de que os níveis de empatia cognitiva e geral entre os ofensores sexuais são baixos, principalmente para aqueles que foram condenados por se envolverem em abusos sexuais de crianças, assim como com os resultados apresentados por Elliott et al. (2009) que demonstram que os agressores sexuais de contacto apresentam maior probabilidade de terem déficits primários relacionados com o caminho das cognições antissociais de Ward e Siegert (2002) (e.g., défices de empatia). Não obstante, uma possível explicação para ocorrência destes resultados, nomeadamente ao nível da empatia afetiva, pode estar relacionada com o facto de que os agressores sexuais de contacto, principalmente, não apresentam níveis significativamente baixos de empatia afetiva quando comparados com a população geral, aparentado terem uma capacidade equivalente de atender às pistas interpessoais exibidas por outras pessoas (Morrow, 2020).

### **Distorções cognitivas**

As distorções cognitivas sobre crianças, geralmente, são conservadoras e tradicionais, consistentes com os pontos de vistas fortemente defendidos em relação ao direito sexual de homens (Ward et al., 1997), isto é, os abusadores sexuais de crianças tendem a percecionar as crianças em termos sexuais como tendo o desejo de se envolverem em relações sexuais com adultos, assim como apresentam a percepção de que as mesmas não sofrem danos consequentes do contacto sexual e de ausência de responsabilidade pelo ato (Abel et al., 1984; Ward et al., 2000). A maioria dos ofensores sexuais desta amostra apresenta uma prevalência de níveis baixos a moderados de presença de distorções cognitivas; especificamente tanto os abusadores sexuais de crianças como os agressores sexuais condenados por pornografia de menores apresentam níveis baixos a moderados, o que não é consistente com as constatações de alguns estudos prévios (e.g., Arkowitz & Vess, 2003; Bumby, 1996; Neutze et al., 2011). Por outras palavras, a média das respostas na literatura internacional tende a representar valores mais elevados de presença de distorções cognitivas, tanto em ofensores sexuais de menores com contacto como em consumidores de pornografia de menores (e.g., Arkowitz & Vess, 2003; Neutze et al., 2011), dos observados neste estudo.

Não obstante, estudos mais recentes (e.g., Paquette et al., 2021, 2022) demonstram uma médias de respostas entre abusadores sexuais de contacto e online semelhantes às médias dos grupos de comparação obtidas neste estudo.

No entanto, não se verificam, mais uma vez, diferenças estatisticamente significativas entre agressores sexuais de contacto e online em termos de presença de pensamentos distorcidos que justificam, racionalizam e minimizam o comportamento sexualmente abusivo. Estes dados não são consistentes com resultados apresentados na literatura internacional, onde tem sido constatado que os ofensores condenados por pornografia de menores apresentam uma menor probabilidade de concordarem com afirmações que são caracterizadas por um locus de controlo externo (e.g., culpabilização da vítima pelas suas ações sexuais) (Merdian et al., 2014), pelo que aparentam ter mais consciência, relativamente aos abusadores sexuais, do dano causado pelo contacto sexual entre uma criança e um adulto (Elliott et al., 2009; Merdian et al., 2014). Por outras palavras, relativamente a esta dimensão psicológica, tem sido consensual que os agressores sexuais de contacto apresentam níveis mais elevados de distorções cognitivas do que os agressores sexuais online (Bates & Metcalf, 2007; Babchishin et al., 2010; Elliott et al., 2009; Merdian et al., 2014; Webb et al., 2007). Uma possível explicação para os baixos níveis de distorções cognitivas, principalmente ao nível do grupo de pornografia de menores, relaciona-se com a constatação de que este grupo de agressores sexuais tende a apresentar a sua justificação dos seus comportamentos ofensivos através da comparação da seriedade e gravidade entre fazer o download de imagens eróticas de crianças e o ato de ter contactos sexuais diretos com a mesma, pelo que argumentam que este último é um ato no qual nunca pretendem envolver-se (Quayle & Taylor, 2002).

### **Fantasias sexuais desviantes**

A amostra global de ofensores sexuais do presente estudo apresenta uma prevalência de níveis baixos em Fantasias Exploratórias, que inclui exemplos de participação em orgias ou trocar de companheiro, Fantasias BDSM, que inclui o recurso à força ou a humilhação, e na escala total SFQ; apresentam, ainda, uma prevalência de níveis moderados de Fantasias de Intimidade, que inclui exemplos como beijar e fazer amor com o companheiro. Neste caso, interessantemente, os resultados obtidos nesta amostra para a presença de fantasias sexuais relativas a temas de BDSM é consistente

com outros dados encontrados na literatura (Bartels et al., 2019; Baumgartner et al., 2002; Saramago et al., 2019). É de ressaltar que estes dados se aplicam, essencialmente, a indivíduos condenados por crimes de abuso sexual de crianças, uma vez que não foram verificados estudos que apliquem o WSFQ especificamente ao grupo de indivíduos condenados por pornografia de menores. Não obstante, numa amostra portuguesa de ofensores sexuais a cumprirem penas privativas de liberdade que incluem agressores sexuais de crianças e adultos assim como indivíduos condenados por pornografia de menores, Saramago et al. (2019) obtiveram médias próximas à do presente estudo relativamente a Fantasias de Intimidade assim como a média obtida para as Fantasias Exploratórias, pelo que se pode considerar, mais uma vez, que estes valores caracterizam os ofensores sexuais em Portugal. Para além disso, o facto de terem existido mais respostas positivas relativamente a fantasias sexuais relativas a temas de intimidade, parece ser consensual com o que tem vindo a ser demonstrado na literatura científica (Bartels et al., 2019; Baumgartner et al., 2002; Saramago et al., 2019). De facto, alguns participantes, maioritariamente agressores sexuais de crianças de contacto, verbalizavam durante o preenchimento do SFQ conteúdos de fantasias sexuais relacionados com as suas parceiras íntimas.

Relativamente aos dois grupos de comparação neste estudo, em termos de Fantasias de Intimidade, os ofensores sexuais de menores com contacto apresentam níveis baixos e os agressores sexuais *online* níveis considerados moderados; ao nível de Fantasias Exploratórias, ambos os grupos apresentam uma tendência para níveis moderados; ao nível de Fantasias BDSM, ambos apresentam níveis baixos e, por fim, em termos de presença de fantasias sexuais em geral, os agressores sexuais inseridos no grupo Pornografia de Menores apresenta níveis moderados e os agressores sexuais inseridos no grupo Ofensores Sexuais de Menores com contacto apresenta níveis baixos.

Neste caso, também, não se verificam diferenças significativas entre os dois grupos de comparação (abusadores sexuais de menores vs. pornografia de menores). Por sua vez, a ausência de diferenças entre os dois grupos refuta constatações de estudos prévios que os agressores sexuais condenados por crimes relacionados com pornografia infantil, sem história de ofensas sexuais de contacto, apresentam mais fantasias sexuais do que os abusadores sexuais que tiveram contacto físico com a(s) vítima(s) (Elliott et al., 2009, 2013). Para além disso, estes dados refutam a noção de que para alguns ofensores *online*, que consomem exclusivamente pornografia infantil, esses conteúdos sexualmente explícitos auxiliam no controlo dos seus interesses sexuais desviante

e atuam de forma preventiva (Houtepen et al., 2014), sendo que o espaço *online* permite-lhes tanto explorar fantasias sexuais desviantes como outras com conteúdos mais extremos (Meridian et al., 2018).

Relativamente aos dois itens do instrumento SFQ que, de acordo com Bartels et al. (2019) e Baumgartner et al. (2002) são importantes para a explicação do comportamento sexualmente abusivo contra crianças, os presentes dados demonstram que os participantes da amostra apresentam uma prevalência de respostas negativas, com um número residual de indivíduos a escolherem níveis de resposta mais positivos. Nestes dois itens, também, não se verificam diferenças entre os grupos de comparação, apesar de não se verificarem estudos com a aplicação deste instrumento a agressores sexuais de não-contacto. Mesmo verificando a frequência de respostas nos dois grupos, percebe-se que o grupo de abusadores sexuais de menores é que teve mais respostas positivas quando comparados com os da pornografia de menores, contudo, como já foi referido, não são significativas ao ponto de se referir que existem diferenças e que estes dois itens apresentam impacto no cometimento de crimes sexuais.

### **Relação entre variáveis**

No grupo de agressores sexuais de menores com contacto, verifica-se que níveis elevados de solidão se relacionam com níveis elevados de impulsividade motora e de impulsividade geral. Este resultado é consistente com os dados apresentados por Gannon et al. (2012), em que demonstram que os abusadores sexuais de crianças que apresentam, principalmente, défices relacionados com intimidade (e.g., problemas com intimidade social e solidão), também, apresentam uma prevalência de problemas de impulsividade. É possível que a incapacidade dos abusadores sexuais de crianças de reavaliarem e lidarem com eventos de vida de forma bem-sucedida, a par com a tendência de agirem impulsivamente, tem probabilidade de levar a pobres escolhas de parceiros sexuais inapropriados (Gannon et al., 2012). Para além disso, neste grupo de ofensores sexuais de contacto, verifica-se, ainda, que os níveis elevados de intimidade social com os outros se relacionam com níveis elevados de empatia cognitiva; níveis elevados de impulsividade motora, autocontrolo e impulsividade em geral se relacionam com níveis elevados de características em termos de responsividade periférica. Relativamente à relação entre intimidade social e empatia cognitiva, os dados do presente estudo não tendem a ser consistentes com o que é sugerido por Marshall e Barbaree (1990), pelo que argumentam que a pobre socialização parental e pobres

relações familiares, que caracterizam a maioria das experiências de infância em agressores sexuais, se traduzem em dificuldades em avaliar o *distress* dos outros (e.g., ausência de empatia) e numa incapacidade de formarem laços afetivos com outras pessoas (e.g., ausência de competências de intimidade com a consequente experiência de solidão) (Parton & Day, 2002).

Por sua vez, verifica-se, ainda neste grupo de agressores sexuais de contacto, que indivíduos com níveis elevados de isolamento aparentam ter mais dificuldades em considerar a perspectiva do outro (níveis mais baixos); níveis mais elevados de intimidade social com outros relaciona-se com baixos níveis de impulsividade em geral, níveis mais elevados de impulsividade em geral relacionam-se com níveis baixos de empatia cognitiva, compreensão do estado emocional de outra pessoa e empatia em geral. Não foram encontrados estudos que relacionem estas variáveis, pelo que os presentes resultados reforçam a necessidade de continuidade da compreensão dos fatores psicológicos subjacentes a estes dois grupos de ofensores sexuais e a sua relevância para a especificação de tratamento das necessidades criminógenas. Interessantemente, não se verificaram estas correlações no grupo dos agressores sexuais condenados por pornografia de menores.

No grupo dos participantes condenados por pornografia de menores, verifica-se que níveis elevados de empatia afetiva se relacionam com valores elevados de intimidade social com os outros. Para além disso, verificou-se, neste grupo específico, a presença de relações inversas entre empatia e fantasias sexuais, nomeadamente: níveis mais elevados de empatia cognitiva se relacionam com níveis mais baixos de presença de fantasias de intimidade ou vice-versa (níveis baixos de empatia cognitiva se relacionam com níveis elevados de presença de fantasias sexuais relacionadas com intimidade), valores elevados relativos a características relacionadas com a dimensão estimulação online se relacionam com valores mais baixos de presença de fantasias de intimidade e de fantasias em geral ou vice-versa. Interessantemente, os presentes dados demonstram uma associação proposta por Morrow (2020): baixos níveis de empatia cognitiva e presença de fantasias sexuais. Não obstante, esta relação foi encontrada num grupo de abusadores sexuais de crianças (Morrow, 2020) e, no presente estudo, está presente no grupo de indivíduos condenados por pornografia infantil. Contudo, uma outra diferença presente neste estudo é de que só se verificou esta relação com a presença de fantasias de intimidade, sendo não é possível compreender o que os participantes associam a intimidade (se pares adultos ou as imagens de crianças visionadas). Elliott et al. (2009,

2013) acreditam que a interação virtual entre ofensor e crianças nas imagens ou vídeos web refletem uma forma de pseudointimidade associada a solidão emocional marcada; mas, neste estudo, devidos aos baixos valores apresentados pelos dois grupos de comparação e à ausência de diferenças entre os mesmos, não foi possível verificar se a solidão e respetivos défices de intimidade desempenhavam um papel moderador entre estas duas variáveis. Para além disso, o grupo de agressores sexuais *online* demonstraram que níveis baixos de estimulação *online*, ou seja, capacidade de um individuo se imaginar na situação do outro e, a partir daí, é capaz de inferir acerca do seu estado emocional, se relacionam com níveis mais elevados de presença de fantasias sexuais. Ora, os presentes resultados não são consistentes com as afirmações de Elliott et al. (2009) de que os ofensores sexuais que apenas consomem pornografia infantil apresentam a capacidade de se relacionarem com as personagens fictícias e identificarem os sentimentos das mesmas. Mais uma vez, estas correlações não se verificaram no grupo de ofensores sexuais de menores com contacto.

Contudo, no presente estudo, não foi possível verificar a presença de correlações significativas entre distorções cognitivas e déficits de empatia cognitiva e/ou afetiva em nenhum dos grupos de comparação, tal como é sugerido por Hempel et al. (2015).

### **Implicações teóricas**

Tal como mencionado na revisão de literatura, o *Pathways Model* de Ward e Siebert (2002) foi originalmente concebido com o objetivo de existir um enquadramento teórico adequado sobre os motivos que levam ao cometimento de crimes sexuais contra crianças (com contacto). Nesse sentido, os autores apresentaram cinco caminhos etiológicos explicativos do comportamento sexual abusivo: Caminho um – déficits de intimidade, Caminho dois - guiões sexuais desviantes, Caminho três – desregulação emocional, Caminho quatro – Cognições antissociais, e Caminho cinco- múltiplos mecanismos disfuncionais.

Este modelo teórico, face à necessidade de evidências empíricas, foi aplicado, em termos mais práticos, à população-alvo original, agressores sexuais de contacto (e.g., Elliott et al., 2009; Gannon et al., 2012); assim como a agressores sexuais *online* (e.g., Elliott et al., 2009; Middleton et al., 2006).

Nesse contexto, foi demonstrado que estes dois tipos de agressores sexuais se enquadravam em diferentes caminhos, sendo que os ofensores sexuais de menores com contacto encontravam-se essencialmente no caminho três, por serem caracterizados por níveis elevados de impulsividade (Gannon et al., 2012) ou no caminho quatro, devido à presença de níveis elevados de distorções cognitivas e déficits de empatia para com a vítima (Elliott et al., 2009); e os ofensores sexuais *online* no caminho um (Middleton et al., 2006) ou no caminho três (Elliott et al., 2009). Não obstante, os resultados deste estudo, tal como supramencionado, apontam para semelhanças entre os dois grupos de agressores sexuais, assistindo-se a uma prevalência de níveis baixos a moderados em quase todas as dimensões psicológicas, à exceção da empatia com níveis elevados em quase todas as características associadas a este construto. Por isso, pode ser especulado que o modelo teórico possa ser aplicado de forma semelhante ou até igual na explicação dos motivos para o comportamento sexualmente abusivo, pelo que a potencial inserção destes agressores sexuais em clusters diferenciados pelos caminhos etiológicos pode não ser consistente com os estudos que validaram empiricamente este modelo teórico, principalmente, para ofensores sexuais de pornografia de menores (e.g., Middleton et al., 2006). Interessantemente, no grupo de ofensores sexuais de menores com contacto, a potencial inserção num caminho etiológico específico tende a ser consistente com os resultados dos estudos de Gannon et al. (2012) e Elliott et al. (2009).

Considerando as relações entre variáveis encontradas neste estudo, presume-se que tanto os ofensores sexuais de menores com contacto como os ofensores sexuais de pornografia de menores se enquadram, essencialmente, no Caminho três-Desregulação emocional, que descreve indivíduos que apresentam dificuldades na autorregulação de emoções e comportamento (Ward & Siegert, 2002). Estes ofensores sexuais podem ser caracterizados pela presença de guiões sexuais normativos, o que pode explicar ainda os baixos níveis de presença de distorções cognitivas; e pela ausência de competências de regulação emocional necessárias para o desenvolvimento de relacionamentos adultos adequados, percecionando, assim, as crianças como opções viáveis para a satisfação de intimidade e conforto (Osbourne & Christensen, 2020). Contudo, esta presumível semelhança de caminho etiológico é associada a uma prevalência de relação entre variáveis diferentes.

Os abusadores sexuais de contacto apresentam mais relações com a dimensão de impulsividade (motora, autocontrolo e geral), que, também, se verificam no estudo de Gannon et al. (2012). Não obstante, a impulsividade pode, ainda, estar associada ao

Caminho quatro – Cognições antissociais, estando relacionada com um padrão de comportamento antissocial que tende a caracterizar mais frequentemente os ofensores sexuais de menores com contacto (Elliott et al., 2009); no presente estudo, a dimensão de impulsividade apresenta algumas correlações com a empatia cognitiva, principalmente. Por outras palavras, verifica-se que níveis elevados de impulsividade em geral se relacionam com níveis baixos de empatia cognitiva e vice-versa, pelo que esta correlação pode integrar alguns abusadores sexuais de crianças no caminho das cognições antissociais. Interessantemente, Osbourne e Christensen (2020) demonstraram, ainda, que os agressores sexuais de contacto, também, podem ser caracterizados pelo caminho um – déficits de intimidade que até aí então tinha sido apenas demonstrado nos indivíduos condenados por pornografia de menores. Tal não se verificou nesta amostra forense portuguesa específica.

Por sua vez, os agressores sexuais *online* demonstram uma prevalência de relações com a dimensão de fantasias sexuais, o que não é consistente com o que foi constatado previamente por Middleton et al. (2006). De acordo com os autores, os ofensores sexuais condenados por pornografia de menores são maioritariamente caracterizados por déficits de intimidade e, por isso, estão integrados no Caminho um – Déficits de intimidade do *Pathways Model* (Ward & Siegert, 2002). Não obstante, interessantemente, Elliott et al. (2009), também, inseriram este grupo de ofensores sexuais *online* no Caminho três- Desregulação emocional, uma vez que consideram os défices de intimidade como uma potencial causa da formação de fantasias sexuais desviantes que se inserem no caminho etiológico mencionado.

No entanto, estes resultados podem, também, sugerir que os ofensores sexuais de pornografia de menores ao invés de serem patologicamente motivados ou de terem desejos sexuais incontroláveis, apresentem motivações de maior impacto associadas a fatores situacionais e ambientais (Elliott et al., 2009). A anonimidade percebida, rapidez e caracterização global da Internet e a capacidade de criar grupos sociais virtuais criam um ambiente que desafia das noções convencionais da organização e controlo social (Taylor & Quayle, 2006, citados por Elliott et al., 2009), cria um potencial substancial para o comportamento criminal.

### **Limitações**

A principal limitação do presente estudo encontra-se relacionada, para além do tamanho reduzido da amostra, com as respostas omissas de alguns participantes que

obrigaram à exclusão das mesmas alterando, assim, os valores e as médias. Com a substituição de alguns omissos pela média de respostas em alguns dos instrumentos, permitiu, apenas, ter acesso a um valor esperado e não “verdadeiro”, e o facto de alguns valores mínimos e máximos possíveis serem diferentes, influenciou a leitura das médias de respostas, pelo que a interpretação dos dados deve ser cautelosa.

Para além disso, a ausência de instrumentos específicos para agressores sexuais consistiu noutra dificuldade para a realização do presente estudo, pelo que a maioria das medidas de autorrelato encontra-se validada para a população em geral, sendo que não atendem às especificidades de pensamento e comportamento desta população forense específica. Não obstante, a MOLEST Scale (Bumby, 1996, adaptada por Baúto et al., 2014) é específica para agressores sexuais de crianças de contacto; ora, apesar de ser a medida mais adequada para avaliação da presença de distorções cognitivas, não deve ser a mais adequada para avaliar este domínio psicológico em agressores sexuais *online*, o que consiste em mais uma limitação.

Ademais, por terem sido aplicações individuais, foi possível ter oportunidade de observar o processo de resposta aos cinco questionários, pelo que algumas afirmações das escalas suscitaram dúvidas consideráveis entre esta população forense e, devido algumas características dos participantes relacionadas com timidez, vergonha e resistência em terem consciência dos crimes pelos quais foram condenados e até externalizavam a culpabilidade dos seus atos a crimes sexuais com maior cobertura mediática, algumas respostas podem ter sido enviesadas (e.g. “Não concordo com esta frase, mas vejo muito disto na televisão por isso dever ser correto”; “Fui condenado injustamente, sou uma vítima do sistema”, entre outros). Especificamente, aquando da aplicação, por exemplo, do instrumento QEAC aos participantes do presente estudo, verificou-se diversas verbalizações à medida que iam lendo os itens do instrumento em que se referiam, principalmente, ao seu núcleo familiar e de amigos, pelo que se pode inferir que os indivíduos da amostra não consideravam as vítimas e o impacto que os seus comportamentos tiveram nas mesmas enquanto respondiam ao questionário. Esta associação pode estar relacionada com o facto de que, ainda, não estarem validados instrumentos específicos que avaliem os déficits de empatia para com a vítima para com a vítima para agressores sexuais de crianças e jovens adultos, pelo que apenas se verificou a validação portuguesa da *Basic Empathy Scale* para ofensores juvenis (Pechorro et al., 2015) e *Rape-Victim Empathy Scale* (Ferrão et al., 2013).

Por fim, uma possível explicação para a obtenção, maioritariamente, de níveis baixos em todos os domínios psicológicos avaliados assim como a tendência de ausência de diferenças significativas entre os grupos de comparação pode estar relacionada com a ausência de avaliação da desejabilidade social, uma vez que o processo de aplicação dos questionários foi predominantemente individual. Por exemplo, Bates e Metcalf (2007) demonstraram que os agressores sexuais condenados por pornografia infantil como por abuso sexual de crianças apresentam níveis elevados de desejabilidade social, pelo que os agressores sexuais de contacto pontuam mais relativamente a subescalas de instrumentos que avaliam o engano e os agressores sexuais de não-contacto pontuam de forma mais elevada em termos de gestão de impressão. Estes são dados importantes, uma vez que demonstram que os agressores sexuais que apresentam uma tendência significativa de se apresentarem de uma forma positivamente irrealista podem também negar as suas atitudes e comportamentos verdadeiros, o que implica alguma dúvida sobre a validade geral do processo de avaliação psicométrica para este grupo forense (Bates & Metcalf, 2007).

## **Implicações práticas**

### ***Avaliação***

As limitações associadas à ausência de instrumentos especificamente adaptados a agressores sexuais (de contacto e/ou *online*), podem implicar, futuramente, estudos de adaptação dos mesmos para esta população forense específica por forma a melhorar a qualidade da avaliação psicológica que é necessária para a aplicação de programas de intervenção eficazes e identificação de necessidades criminógenas específicas.

Não obstante, o único instrumento utilizado que é adaptado para ofensores sexuais é o MOLEST Scale; mas, apenas para aqueles que, na sua ofensa índice, tiveram contacto direto com a(s) vítima(s). Tal limitação pode, ainda, constituir uma possível explicação para os baixos níveis de presença de distorções cognitivas em agressores sexuais *online*, uma vez que é possível que nenhum participante condenado por crimes de pornografia de menores se tenha identificado com as afirmações no instrumento, que são muito específicas para indivíduos que de facto tiveram contactos sexuais diretos com crianças e/ou jovens.

No entanto, encontra-se a ser desenvolvido e validado por Paquette e Cortoni (2021) um questionário de 31 itens que avalia as distorções cognitivas relacionadas com

crimes ligados à pornografia de menores, tendo por base as Teorias Implícitas (Bartels & Merdian, 2016; Ward & Keenan, 1999) relativas a este tipo de população forense, designado de *The Cognitions of Internet Sexual Offending scale* (C-ISSO; Paquette & Cortoni, 2020); contudo, naturalmente, ainda não existe versão portuguesa. Apesar disso, como ainda não existe nenhum específico para agressores condenados por crimes relacionados com pornografia infantil, a escala MOLEST é um dos instrumentos que pode avaliar mais justificações relativas ao comportamento sexualmente abusivo do que propriamente outras medidas psicométricas de avaliação de cognições relacionadas com crimes sexuais (Arkowitz & Vess, 2003, citados por Neutze et al., 2011).

### ***Intervenção***

A forma de tratamento mais frequentemente implementada para ofensores sexuais baseia-se nos princípios do Modelo RNR (Andrews & Bonta, 2007), com a componente de prevenção de recaída (Elliott et al., 2013). De acordo com o modelo Risco-Necessidades-Responsividade, as intervenções devem enquadrar-se nos estilos de aprendizagem dos ofensores sexuais, focando-se nos fatores de risco dinâmicos, e associarem-se ao risco de reincidência (Gonçalves, 2016). Tem sido frequentemente demonstrado a eficácia de redução do risco de reincidência em grupos de abusadores sexuais de crianças que, durante o cumprimento da sua pena e/ou medida, beneficiaram da participação em programas de intervenção, principalmente em contexto comunitário (e.g., Gillespie et al., 2018; Martínez-Catena & Redondo, 2021; Sousa et al., 2022)

No início deste estudo foi referida a limitação de existência de programas de intervenção adequados a ofensores sexuais condenados por pornografia de menores (Gillespie et al., 2018), uma vez que se encontrava presente a possibilidade de diferenças características que os distinguia dos ofensores sexuais de menores com contacto. Tal limitação pode levar a que as necessidades criminógenas específicas de agressores sexuais *online* não sejam respondidas e intervencionadas da melhor forma (Gillespie et al., 2018; Sousa et al., 2022). Não obstante, os dados do presente estudo demonstram, por isso, uma presumível ausência de diferenças entre os dois tipos de agressores sexuais, pelo que se pode constatar que ambos apresentam necessidades semelhantes que devem ser igualmente consideradas no desenvolvimento de programas de intervenção. Neste sentido, as dimensões psicológicas abordadas devem ser intervencionadas de forma semelhante nas sessões dos programas psico-educativos,

sendo que as necessidades terapêuticas devem ser modificadas de acordo com os défices apresentados (Ward & Siegert, 1995).

### Conclusão

Este estudo representa uma tentativa preliminar de caracterizar e comparar agressores sexuais de crianças e agressores sexuais condenados por crimes relacionados com pornografia infantil. A caracterização psicológica desta população forense é importante tanto para o refinamento da compreensão científica sobre crimes sexuais como para a melhoria de intervenções que tenham o objetivo de reduzir o risco de reincidência. A associação entre crimes de natureza sexual e a compreensão exaustiva sobre os fatores preditores do risco de reincidência constituem um interesse particular na literatura científica forense, pelo que a probabilidade de alguém reincidir num crime sexual não é uniformemente distribuída ao longo do tempo (Neutze et al., 2011). Cada vez mais, tem vindo a ser reforçada a importância da avaliação psicológica em ofensores sexuais, com o objetivo de adequar programas de intervenção psicológica às necessidades criminógenas específicas apresentadas por esta população forense específica e fundamentar os esforços na prevenção da reincidência.

Ademais, tendencialmente, verifica-se uma limitação de investigação científica sobre agressores sexuais em cumprimento de penas/medidas de execução na comunidade, onde se encontram a maioria dos ofensores sexuais condenados em Portugal (Gonçalves & Monteiro, 2020), pelo que existe uma necessidade emergente de um enquadramento científico-prático adequado para o potencial desenvolvimento de programas de intervenção, baseados no Modelo RNR (Andrews & Bonta, 2007), que se adequem à realidade do contexto português.

Apesar das limitações do presente estudo, os dados obtidos podem implicar, se robustos, que não existem diferenças genuínas, entre abusadores sexuais de crianças e agressores sexuais condenados por pornografia de menores, com a implicação que ambos os grupos têm necessidades de tratamento semelhantes. Não obstante, estes dados tornam-se pertinentes no enquadramento das implicações teóricas e práticas, nomeadamente na contribuição de conhecimento mais sistemático, atualizado, de agressores sexuais de contacto e agressores sexuais *online* que cumprem penas e

medidas de execução na comunidade em Portugal, que, posteriormente, pode ser utilizado para possibilitar o desenvolvimento ou a adequação das intervenções dirigidas a esta população forense específica.

Com o objetivo de colmatar as limitações supramencionadas, em estudos futuros seria vantajoso a adaptação psicométrica, dos instrumentos utilizados, para a população de ofensores sexuais, com afirmações mais adequadas à realidade destes indivíduos, com o objetivo de refinar a avaliação das dimensões psicológicas relevantes para a compreensão da motivação para o comportamento sexualmente abusivo. Esta adaptação pode aperfeiçoar a compreensão e a comparação das dimensões em estudo que têm demonstrado ser pertinentes na explicação da motivação para os crimes sexuais, sendo esta uma área em constante evolução científica.

Para além disso, e especialmente no caso de ofensores sexuais condenados por pornografia de menores, seria pertinente estudo futuros, para além de estudarem fatores criminógenos, avaliarem fatores ambientais e situacionais que possam contribuir para a decisão de cometimento de crimes exclusivamente no espaço *online*. Com a presumível semelhança entre os grupos, o presente estudo falhou em distinguir qual o motivo que pode levar ao cometimento de crimes sexuais com ausência de contacto físico com a(s) vítima(s) (apenas visionamento de imagens sexualmente explícitas envolvendo crianças e/ou adolescentes), pelo que existe a possibilidade de outros fatores, nomeadamente não-criminógenos, contribuírem para a exploração abusiva do espaço *online* (e.g., Elliott et al., 2009).

Conclui-se, por isso, que o aumento da compreensão do enquadramento científico sobre estas dimensões psicológicas em agressores sexuais em medidas de execução na comunidade pode permitir o desenvolvimento de técnicas de avaliação e intervenção especializadas, eficazes na prevenção de recaída.

**Referências**

- Abel, G. G., Becker, J. V., & Cunningham-Rathner, J. (1984). Complications, consent, and cognitions in sex between children and adults. *International Journal of Law and Psychiatry*, 7, 89-103.
- Agência Lusa (2021). Pornografia infantil subiu em Portugal, inquéritos aumentaram 25%. *Delas*. Retirado de <https://www.delas.pt/pornografia-infantil-subiu-em-portugal-inqueritos-aumentaram-25/atualidade/921987/>
- Andrews, D. A., & Bonta, J. (2007). Risk-Need-Responsivity Model for offender assessment and rehabilitation. *Public Safety Canada*. Retirado de <https://www.publicsafety.gc.ca/cnt/rsrscs/pblctns/rsk-nd-rspnsvty/index-en.aspx>
- Armstrong, J., & Mellor, D. (2013). Internet child pornography offenders: An examination of attachment and intimacy deficits. *Legal and Criminological Psychology*, 21, 41-55. doi:10.1111/lcrp.12028
- Arkowitz, S., & Vess, J. (2003). An evaluation of the Bumby RAPE and MOLEST Scales as measures of cognitive distortions with civilly committed sexual offenders. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 15(4), 237-249. doi: 10.1177/107906320301500402
- Babchishin, K.M., Hanson, R. K., & Hermann, C. A. (2010). The characteristics of online sex offenders: A meta-analysis. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 23, 92-123. doi: 10.1177/1079063210370708
- Babchishin, K. M., Hanson, R. K., & VanZuylen, H. (2015). Online child pornography offenders are different: A meta-analysis of the characteristics of online and offline sex offenders against children. *Archives of Sexual Behavior*, 44(1), 45-66. doi:10.1007/s10508-014-0270-x

- Baltieri, D., & Boer, D. (2015). Two clusters of child molesters based on impulsiveness. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 37(2), 139-145. doi: 10.1590/1516-4446-2014-1568
- Barnett, G. D., & Mann, R. E. (2013). Cognition, empathy and sexual offending. *Trauma, Violence & Abuse*, 14(1), 22-33. doi: 10.1177/1524838012467
- Bartels, R. M., & Merdian, H. L. (2016). The implicit theories of child sexual exploitation material users: An initial conceptualization. *Aggression and Violent Behavior*, 26, 16-25. <http://dx.doi.org/10.1016/j.avb.2015.11.002>
- Bartels, R. M., Lehmann, R. J. B., & Thornton, D. (2019). Validating the utility of the Wilson Sex Fantasy Questionnaire with men who sexually offended against children. *Frontiers in Psychiatry*, 10(206), 1-10. doi: 10.3389/fpsy.2019.00206
- Barroso, R. G., Leite, A. L., Manita, C., & Nobre, P. (2012). Between public agenda and the emergence of intervention programmes: Sexual offenders within the Portuguese context. *Arquivo Penale*, (1), 1-31.
- Barroso, R., Ramião, E., Figueiredo, P., & Soeiro, C. (2020). Avaliação e intervenção com agressores sexuais (pp.404-417). In R. Barroso, & D. D. Neto (Coord.). *A Prática Profissional da Psicologia na Justiça*. Ordem dos Psicólogos Portugueses
- Bates, A., & Metcalf, C. (2007). A psychometric comparison of internet and non-internet sex offenders from a community treatment sample. *Journal of Sexual Aggression*, 1381), 11-20. doi: 10.1080/13552600701365654
- Baumgartner, J. V., Scalora, M. J., & Huss, M. T. (2002). Assessment of the Wilson Sex Fantasy Questionnaire among child molesters and nonsexual forensic offenders. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 14(1), 19-30.

- Beech, A. R., Mandeville-Norden, R., & Goodwill, A. (2012). Comparing recidivism rates of treatment responders/nonresponders in a sample of 413 child molesters who had completed community-based sex offender treatment in the United Kingdom. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 56(1), 29-49. doi: 10.1177/0306624X10387811
- Blake, E., & Gannon, T. (2008). Social perception deficits, cognitive distortions, and empathy deficits in sex offenders: A brief review. *Trauma, Violence & Abuse*, 9(1), 34-55. doi: 10.1177/15248380073111
- Brown, S. J., Walker, K., Gannon, T. A., & Keown, K. (2013). Creating a psychologically comfortable position: The link between empathy and cognitions in sex offenders. *Journal of Sexual Agression*, 19(3), 275-294. doi: 10.1080/13552600.2012.747223
- Bumby, K. M. (1996). Assessing the cognitive distortions of child molesters and rapists: Development and validation of the MOLEST and RAPE scales. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 8(1), 37-54.
- Bumby, K. M., & Hansen, D. J. (1997). Intimacy deficits, fear of intimacy and loneliness among sexual offenders. *Criminal Justice and Behavior*, 24(3), 315-331
- Canadian Centre for Child Protection (2016). *Child sexual abuse images on the internet*. Cybertip.ca. Retirado de <https://protectchildren.ca/en/resources-research/child-sexual-abuse-images-report/>
- Carvalho, J., & Nobre, P. (2013). Dynamic factors of sexual aggression: The role of affect and impulsiveness. *Criminal Justice and Behavior*, 40(4), 376-387. doi: 10.1177/0093854812451682

Craig, L. A., Browne, K. D., & Beech, A. R. (2008). Treatment for sexual offenders in the community. In L. A., Craig, K. D., Browne, & A. R., Beech (Ed.). *Assessing Risk in Sex Offenders* (pp.122-123). John Wiley & Sons

Decreto-Lei nº 48/95 do Código Penal Português (1995). Diário da República: Série I-A, nº 63. <https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/107981223/201708230100/73474071/diploma/indice>

Direção-Geral da Política da Justiça (2021). Estatísticas da Justiça 2020. Retirado de <https://dgpj.justica.gov.pt/Noticias-da-DGPJ/Estatisticas-da-Justica-2020>

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (2020). Estudo de caracterização: Arguidos/condenados em medidas de execução na comunidade por crimes sexuais. *Ministério da Justiça*

Efrati, Y., Shukron, O., & Epstein, R. (2019). Compulsive sexual behavior and sexual offending: Differences in cognitive schemas, sensation seeking, and impulsivity. *Journal of Behavioral Addictions*, 8(3), 432-441. Doi: 10.1556/2006.8.2019.36

Elliott, I. A., Beech, A. R., & Mandeville-Norden, R. (2009). Psychological profiles of internet sexual offenders: Comparisons with contact sexual offenders. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 21, 76-92. doi: 10.1177/1079063208326929

Elliott, I. A., Beech, A. R., & Mandeville-Norden, R. (2013). The psychological profiles of internet, contact, and mixed internet/contact offenders. *Sexual Abuse: A Journal of Research & Treatment*, 25(1), 3-20. <https://doi.org/10.1177/1079063212439426>

Ferrão, M. C., Gonçalves, G., Parreira, T., & Giger, J. (2013). Rape-Victim Empathy Scale (REMV): An exploratory study in a Portuguese sample. *Psychological Thought*, 6(2), 283-295. doi:10.5964/psyc.v6i2.82

- Finkelhor, D. (2014). Commentary: Cause for alarm? Youth and internet risk research- a commentary on Livingstone and Smith (2014). *The Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 55(6), 655-658. doi: 10.1111/jcpp.12260
- Gannon, T., Terriere, R., & Leader, T. (2012). Ward and Siegert 's Pathways Model of child offending: A cluster analysis evaluation. *Psychology, Crime & Law*, 18(2), 129-153. doi: 10.1080/10683160903535917
- Gillespie, S. M., Bailey, A., Squire, T., Carey, M. L., Eldridge, H. J., & Beech, A. R. (2018). An evaluation of a community-based psycho-educational program for users of child sexual exploitation material. *Sexual Abuse*, 30(2), 169-191. doi: 10.1177/1079063216639591
- Gonçalves, R. A. (2016). Intervención en agresores sexuales: Aportaciones de la justicia terapêutica (pp. 397-404). In P. Farmasi (Ed.). *Justicia Terapêutica*. Wolters Kluwe España.
- Gonçalves, R. A., & Vieira, S. (2005). A avaliação do estilo de vida criminal em ofensores sexuais. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 1, 81-92.
- Gonçalves, R. A., & Monteiro, O. (2020). Preliminary results of an intervention with Portuguese sex offenders: Comparing rapists, child molesters and child pornographers. *JSM Sexual Medicine*, 4(3), 1035
- Hanson, R. K., Harris, A. J. R., Scott, T., & Helmus, L. (2007). Assessing the risk of sexual offenders on community supervision: The Dynamic Supervision Project. *Public Safety Canada*
- Hempel, I. S., Buck, N. M. L., van Vugt, E. S., & van Marle, H. J. C. (2015). Interpreting child sexual abuse: Empathy and offense-supportive cognitions among child sex offenders. *Journal of Child Sexual Abuse*, 24, 354-368. doi: 10.1080/10538712.2015.1014614

- Henry, O., Mandeville-Norden, R., Hayes, E., & Egan, V. (2010). Do internet-based sexual offenders reduce to normal, inadequate and deviant groups?. *Journal of Sexual Aggression, 16*(1), 33 - 46. <http://dx.doi.org/10.1080/13552600903454132>
- Henshaw M., Ogloff, J. R. P., & Clough, J. A. (2015). Looking beyond the screen: A critical review of the literature on the online child pornography offender. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment, 1*-30. doi: 10.1177/1079063215603690
- Houtepen, J. A. B. M., Sijtsema, J. J., & Bogaerts, S. (2014). From child pornography offending to child sexual abuse: A review of child pornography offender characteristics and risks for cross-over. *Aggression and Violent Behavior, 19*, 466-473. <http://dx.doi.org/10.1016/j.avb.2014.07.011>
- Krasowska, A., Jakubczyk, A., Czernikiewicz, W. M., Wojnar, M., & Nasierowski, T. (2013). Impulsivity in sexual offenders: New ideas or back to basics?. *Psychiatria Polska, XLVII*(4), 727-740. doi: 10.12740/PP/17648
- Laulik, S., Allam, J., & Sheridan, L. (2007). An investigation into maladaptive personality functioning in Internet sex offenders. *Psychology, Crime & Law, 13*(5), 523-535. doi: 10.1080/10683160701340577
- Lim, Y. Y., Wahab, S., Kumar, J., Ibrahim, F., & Kamaluddin, M. R. (2021). Typologies and psychological profiles of child sexual abusers: An extensive review. *Children, 8*(333), 1-13. <https://doi.org/10.3390/children8050333>
- Ly, T., Dwyer, R. G., & Fedoroff, J. P. (2018). Characteristics and treatment of internet child pornography offenders. *Behavioral Sciences & the Law, 36*, 216-234. doi: 10.1002/bsl.2340

- Long, M. L., Alison, L. A., & McManus, M. A. (2012). Child pornography and likelihood of contact abuse: A comparison between contact child sexual offenders and noncontact offenders. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 25(4), 370-395. doi: 10.1177/1079063212464398
- Looman, J. (1995). Sexual fantasies of child molesters. *Canadian Journal of Behavioural Science*, 27(3), 321-332.
- Maniglio, R. (2011). The role of childhood trauma, psychological problems, and coping in the development of deviant sexual fantasies in sexual offenders. *Clinical Psychology Review*, 31, 748-756. doi: 10.1016/j.cpr.2011.03.003
- Marshall, W. L., & Marshall, L. E. (2000). The origins of sexual offending. *Trauma, Violence, & Abuse*, 1(3), 250-263.
- Marshall, W. L., & Marshall, L. E. (2019). Empathy and sexual offending: Theory, research and practice (pp.229-240). In W. T. O'Donohue, & P. A. Schewe (Ed.). *Handbook of Sexual Assault and Sexual Assault Prevention*. New Switzerland: Springer.
- Martínez-Catena, A., Redondo, S., Frerich, N., & Beech, A. R. (2017). A dynamic risk factors-based typology of sexual offenders. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 61(14), 1623-1647. doi: 10.1177/0306624X16629399
- Martínez-Catena, A., & Redondo, S. (2021). Treatment and therapeutic change of individuals imprisoned for child abuse in the Barcelona study on sex offenders. *Journal of Interpersonal Violence*, 1-29. doi: 10.1177/08862605211028310

- Martin, G. M., & Tardif, M. (2014). What we do and don't know about sex offenders' intimacy dispositions. *Aggression and Violent Behavior, 19*, 372-382. doi: 10.1016/j.avb.2014.06.002
- Martin, G. M., & Tardiff, M. (2015). Examining sex offenders 'intimacy deficits: Their nature and their influence on sexually abusive behaviours. *Journal of Sexual Aggression, 21*(2), 158-178. <http://dx.doi.org/10.1080/13552600.2013.8>
- Marziano, V., Ward, T., Beech, A. R., & Pattison, P. (2006). Identification of five fundamental implicit theories underlying cognitive distortions in child abusers: A preliminary study. *Psychology, Crime & Law, 12*(1), 97-105. doi: 10.1080/10683160500056887
- McCarthy, J. A. (2010). Internet sexual activity: A comparison between contact and non-contact child pornography offenders. *Journal of Sexual Aggression, 16*(2), 181-195. doi: 10.1080/13552601003760006
- McManus, M. A., Long, M. L., Alison, L., & Almond, L. (2015). Factors associated with contact child sexual abuse in a sample of indecent image offenders. *Journal of Sexual Aggression, 21*(3), 368-384. doi: 10.1080/13552600.2014.927009
- Merdian, H. L., Curtis, C., Thakker, J., Wilson, N., & Boer, D. P. (2013). The three dimensions of online child pornography offending. *Journal of Sexual Aggression, 19*(1), 121-132. <http://dx.doi.org/10.1080/13552600.2011.611898>
- Merdian, H. L., Curtis, C., Thakker, J., Wilson, N., & Boer, D. P. (2014). The endorsement of cognitive distortions: Comparing child pornography offenders and contact sex offenders. *Psychology, Crime & Law, 20*(10), 971-993. <http://dx.doi.org/10.1080/1068316X.2014.902454>

- Merdian, H. L., Moghaddam, N., Boer, D. P., Wilson, N., Thakker, J., Curtis, C., & Dawson, D. (2018). Fantasy-driven versus contact-driven users of child sexual exploitation material: Offender classification and implications for their risk assessment. *Sexual Abuse, 30*(3), 230-253.  
<https://doi.org/10.1177/1079063216641109>
- Middleton, D., Elliott, I. A., Mandeville-Norden, R., & Beech, A. R. (2006). An investigation into the applicability of the Ward and Siegert Pathways Model of child sexual abuse with internet offenders. *Psychology, Crime & Law, 12*(6), 589-603.  
doi: 10.1080/10683160600558352
- Modelli, M. E. S., Galvão, M. F., & Pratesi, R. (2012). Child sexual abuse. *Forensic Science International, 217*, 1-4. doi: 10.1016/j.forsciint.2011.08.006
- Morrow, E. P. (2020). Cognitive, affective, and general empathy in individuals convicted of sexual offense: A meta-analysis. *Sexual Abuse, 32*(8), 883-906. doi: 10.1177/1079063219858062
- Neto, F. (1992). Avaliação da solidão. *Psicologia Clínica, 2*, 65-79.
- Neto, F. (2014). Psychometric analysis of the short-form UCLA Loneliness Scale (ULS-6) in older adults. *European Journal of Ageing, 11*, 313-319. doi: 10.1007/s10433-014-0312-1
- Neutze, J., Seto, M. C., Schaefer, G. A., Mundt, I. A., & Beier, K. M. (2011). Predictors of child pornography offenses and child sexual abuse in a community sample of pedophiles and hebephiles. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment, 23*(2), 212-242. doi: 10.1177/1079063210382043
- Olsson-Collentine, A., van Assen, M. A. L. M., & Hartgerink, C. H. J. (2019). The prevalence of marginally significant results in psychology over time. *Psychological Science, 30*(4), 576-586. <https://doi.org/10.1177/0956797619830326>

Osbourne, M. G., & Christensen, L. S. (2020). Pathways to child sexual offending:

Applying Ward and Siegert's Pathways Model on offenders convicted of penetrative offenses on children. *Sexuality & Culture*, 24, 1756-1773.

<https://doi.org/10.1007/s12119-020-09718-4>

Paquette, S., Cortoni, F., Proulx, J., & Longpre, N. (2014). An examination of implicit

theories among francophone child molesters. *Journal of Sexual Aggression*, 20(2),

182-196. <http://dx.doi.org/10.1080/13552600.2013.798689>

Paquette, S., Fortin, F., & Perkins, D. (2020). Online sexual offenders: Typologies,

assessment, treatment, and prevention. In Proulx, J., Cortoni, F., Craig, L. A., &

Letourneau, E. J. (1<sup>st</sup> Ed.). *The Wiley Handbook of What Works with Sexual*

*Offenders: Contemporary Perspectives in Theory, Assessment, Treatment, and*

*Prevention* (pp. 311-326). John Wiley & Sons Ltd.

Paquette, S., & Cortoni, F. (2020). Offense-supportive cognitions expressed by men who

use internet to sexually exploit children: A thematic analysis. *International Journal of*

*Offender Therapy and Comparative Criminology*, 00(0), 1-23. doi:

10.1177/0306624X20905757

Paquette, S., & Cortoni, F. (2021). Offense-supportive cognitions, atypical sexuality,

problematic self-regulation, and perceived anonymity among online and contact

sexual offenders against children. *Archives of Sexual Behavior*, 1-15.

<https://doi.org/10.1007/s10508-020-01863-z>

Paquette, S., & Fortin, F. (2021). A peek into their mind? An exploration of links between

offense-supportive statements and behaviors among men who sexually exploit

children and adolescents online. *International Journal of Offender Therapy and*

*Comparative Criminology*, 1-27. doi: 10.1177/0306624X211013523

- Paquette, S., Brouillette-Alarie, S., & Seto, M. C. (2022). Pornography use, offense-supportive cognitions, atypical sexual interests, and sexual offending against children. *The Journal of Sex Research*, 2-14. doi: 10.1080/00224499.2021.2023450
- Parton, F., & Day, A. (2002). Empathy, intimacy, loneliness and locus of control in child sex offenders: A comparison between familial and non-familial child sexual offenders. *Journal of Child Sexual Abuse*, 11(2), 41-57. doi: 10.1300/J070v11n02\_03
- Patton, J. H., Stanford, M. S., & Barratt, E. S. (1995). Factor structure of the Barratt Impulsiveness Scale. *Journal of Clinical Psychology*, 51(6), 768-774
- Pechorro, P., Oliveira, J. P., Gonçalves, R. A., & Jesus, S. N. (2018). Propriedades psicométricas de uma versão reduzida da Escala de Impulsividade de Barratt - 11 numa amostra escolar de adolescentes portugueses. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación Psicológica*, 47(2), 157–170. <https://doi.org/10.21865/RIDEP47.2.11>
- Pechorro, P., Maroco, J., Ray, J. V., & Gonçalves, R. A. (2015). Psychometric properties of the Barratt Impulsiveness Scale version 11 among a Portuguese sample of incarcerated juvenile offenders. *Psychology, Crime & Law*, 21(9), 854-870. <https://doi.org/10.1080/1068316X.2015.1054386>
- Quayle, E. (2016). *Researching online child sexual exploitation and abuse: Are there links between online and offline vulnerabilities?*. Global Kids Online
- RASI (2022). Relatório Anual de Segurança Interna 2021. *Sistema de Segurança Interna*. Retirado de <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/documento?i=relatorio-anual-de-seguranca-interna-2021>
- Rosburg, T, Deuring, G., Boillat, C., Lemoine, P., Falkenstein, M., Graf, M., & Mager, R. (2018). Inhibition and attentional control in pedophilic child sexual offenders –

- An event-related potential study. *Clinical Neurophysiology*, 129, 1990-1998.  
<https://doi.org/10.1016/j.clinph.2018.06.029>
- Saramago, M. A., Cardoso, J., Pimenta, F., & Leal, I. (2017). Wilson 's Sex Fantasy Questionnaire: Portuguese validation and gender differences. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 18(3), 870-879. doi: 10.15309/17psd180319
- Saramago, M., A., Cardoso, J., & Leal, I. (2018). Victim crossover index offending patterns and predictors in a Portuguese sample. *Sexual Abuse*, 00(0), 1-24. doi: 10.1177/10790632188004
- Saramago, M. A., Cardoso, J., & Leal, I. (2019). Pornography use by sex offenders at the time of the index offense: Characterization and predictors. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 45(6), 473-487. <https://doi.org/10.1080/0092623X.2018.1562501>
- Saramago, M. A., Cardoso, J., & Leal, I. (2020). Predicting sexual offenders 'specialization/versatility: The role of impulsivity and moral reasoning. *Sexual Abuse*, 32(8), 986-1011. doi: 10.1177/1079063219878164
- Soldino, V., Merdian, H. L., Bartels, R. M., & Bradshaw, H. K. (2019). Implicit theories of child sexual exploitation material offenders: Cross-cultural validation of interview findings. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 00(0), 1-20. doi: 10.1177/0306624X19877599
- Shelton, J., Eakin, J., Hoffer, T., Murihead, Y., Owens, J. (2016). Online child sexual exploitation: An investigative analysis of offender characteristics and offending behavior. *Aggression and Violent Behavior*, 30, 15-30.
- Soeiro, C. B. (2009). Perfis criminais e crime de abuso sexual de crianças: Caracterização de uma tipologia para a realidade portuguesa. *Ousar Integrar – Revista de Reinserção Social e Prova*, (4), 49-63.

- Sotoca-Plaza, A., Ramos-Romero, M., & Pascual-Franch, A. (2020). El perfil del consumidor de imágenes de abuso sexual infantil: Semejanzas y diferencias con el agresor *offline* y el delincuente dual. *Anuario de Psicología Jurídica*, 30, 21-27.  
<https://doi.org/10.5093/apj2019a11>
- Sousa, M., Andrade, J., Castro-Rodrigues, A., & Gonçalves, R. A. (2022). The effectiveness of psychological treatment in adult male convicted for sexual offenses against children: A systematic review. *Trauma, Violence & Abuse*, 0(0), 1-15. doi: 10.1177/15248380221082080
- Turner, D., Laier, C., Brand, M., Bockshammer, T., Welsch, R., & Rettenberger, M. (2018). Response inhibition and impulsive decision-making in sexual offenders against children. *Journal of Abnormal Psychology*, 1-40. doi: 10.1037/abn0000359
- Ward, T. (2000). Sexual offenders' cognitive distortions as implicit theories. *Aggression and Violent Behavior*, 55, 491-507.
- Ward, T., Hudson, S. M., Marshall, W. L., & Siegert, R. (1995). Attachment style and intimacy deficits in sexual offenders: A theoretical framework. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 7, 317-335.  
<https://doi.org/10.1177/107906329500700407>
- Ward, T., & Keenan, T. (1999). Child molesters' implicit theories. *Journal of Interpersonal Violence*, 14(8), 821-838.
- Ward, T., & Siegert, R. J. (2002). Toward a comprehensive theory of child sexual abuse: Theory knitting perspective. *Psychology, Crime & Law*, 8, 319-352.
- Webb, L., Craissati, J., & Keen, S. (2008). Characteristics of internet child pornography offenders: A comparison with child molesters. *Sexual Abuse: A Journal of Research & Treatment*, 19(4), 449-465.

- Whitaker, D. J., Le, B., Hanson, R. K., Baker, C. K., McMahon, P. M., Ryan, G., Klein, A., & Rice, D. D. (2008). Risk factors for the perpetration of child sexual abuse: A review and meta-analysis. *Child Abuse & Neglect, 32*, 529-548. doi: 10.1016/j.chiabu.2007.08.005
- Wielinga, F., Margeotes, K., & Olver, M. E. (2019). Clinical and risk relevance of intimacy and loneliness in a treated sample of men who have offended sexually. *Journal of Sexual Aggression, 1-18*. doi: 10.1080/13552600.2019.1698778
- Wolak, J., Finkelhor, D., & Mitchell, K. (2011). Child pornography possessors: Trends in offender and case characteristics. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment, 23*(1), 22-42. doi: 10.1177/107906321
- Ward, T., Hudson, S. M., & Johnston, L. (1997). Cognitive distortions in sex offenders: An integrative review. *Clinical Psychology Review, 17*(5), 479-507.
- Wood, E., & Riggs, S. (2008). Predictors of child molestation: Adult attachment, cognitive distortions, and empathy. *Journal of Interpersonal Violence, 23*(2), 259-275. doi: 10.1177/0886260507309344
- Woodworth, M., Freimuth, T., Hutton, E. L., Carpenter, T., Agar, A. D., & Logan, M. (2013). High-risk sexual offenders: An examination of sexual fantasy, sexual paraphilia, psychopathy, and offence characteristics. *International Journal of Law and Psychiatry, 36*, 144-156.

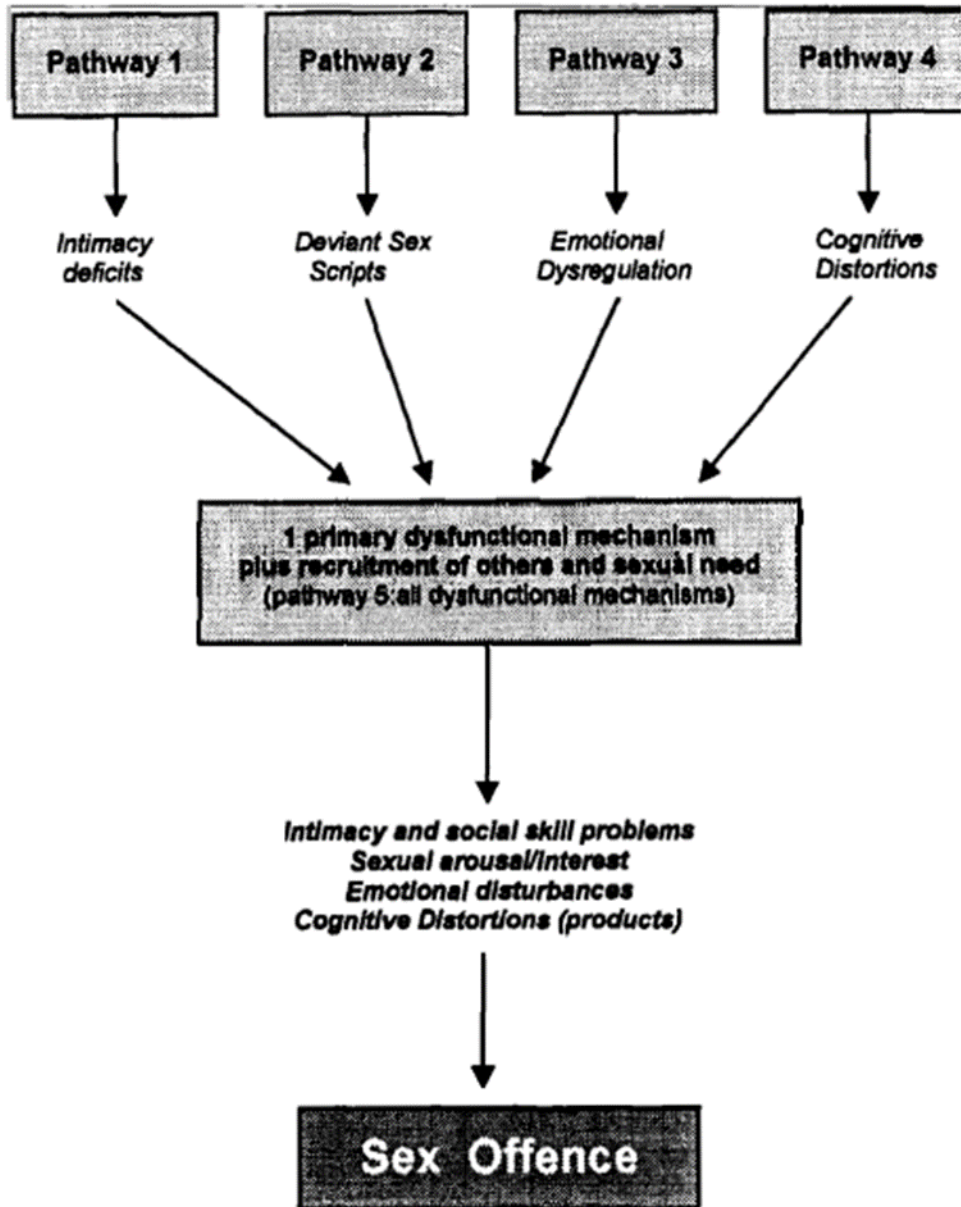


Figure 1 The pathways model of child sexual abuse.